

Capítulo 9

Aspectos da neolitização do Ocidente peninsular: modelos em debate

9.1. Preâmbulo

De acordo com a geometria que foi pensada para este texto devia aqui, no seu momento terminal, ser retomada a discussão acerca dos processos de neolitização do Ocidente peninsular entendidos, agora, não como possibilidades teóricas como foram enunciados na abertura, mas confrontados com o registo disponível e seleccionados de acordo com o grau de adequação que demonstram face à evidência empírica.

Perante os dados recolhidos na Valada do Mato e analisando a informação proveniente dos contextos que se integram no mesmo patamar cronológico devem questionar-se os modelos explicativos e as raízes dos processos históricos que justificam realidades como as que foram identificadas nestes sítios.

Nos finais do VI milénio cal BC, estão documentadas, no Sul do actual território português, um conjunto de situações arqueograficamente muito diferenciadas e que se não podem explicar, unicamente e de acordo com uma lógica “binfordiana”, enquanto distintos registos produzidos por um mesmo sistema cultural. As datações absolutas disponíveis para estes contextos são apresentadas nas Figs. 90 a 97, inseridas no final deste capítulo.

Estão datados de cerca de 5000 cal BC, numa área relativamente restrita como é a do Sul de Portugal:

- concheiros mesolíticos – tipo Cabeço do Pez/Amoreiras/Vidigal/Alcantarilha;
- sítios neolíticos – tipo Abrigo da Pena d’Água/S. Pedro de Canaferrim/Pedreira das Salemas/Valada do Mato.

Se este panorama dual traduz de imediato uma necessária abstracção dos elementos de diferenciação entre os sítios, reflecte também a complexidade dos processos de neolitização que, a partir de meados do VI milénio cal BC, decorreram neste espaço, geograficamente localizado no Sul da Europa atlântica, mas que se inscreve numa órbita mediterrânea, e no quadro das dinâmicas históricas que afectaram a bacia do Mediterrâneo ocidental, onde a pluralidade de registos resiste a sistematizações e explicações lineares.

Ainda que a diversidade atrás registada possa, em parte, possuir uma natureza cronológica que escapa ou não é detectada pelos métodos de datação existentes, e que a especialização funcional dos sítios possa contribuir para acentuar um cenário de diferenciação que não é unicamente de ordem cultural, estes argumentos deviam também ser válidos para outras áreas do espaço europeu onde, no entanto, não estão presentes com a mesma intensidade.

Nas últimas décadas, o crescente domínio do registo arqueológico não tornou a imagem mais coerente, antes parece ter acentuado a multiplicidade possível de soluções históricas.

Refira-se, no entanto, que a complexidade é um atributo inerente a qualquer período, e que uma relativa homogeneidade, ou monotonia cultural, reflecte, quase sempre, um insuficiente conhecimento ou um excessivo distanciamento das realidades acontecidas.

A análise do processo de neolitização que cria imagens relativamente lineares e organizadas quando se observam extensas unidades de paisagem, ou quando se pensa o fenómeno à escala do sítio, torna-se, num plano intermédio, onde se deve explicar a presença de grandes recorrências de valor transregional, ao mesmo tempo que se compreendem os múltiplos casos particulares, visivelmente mais complexa.

A integração dos processos de neolitização ocorridos sobre o actual território português na esfera das transformações culturais que afectaram a bacia do Mediterrâneo exige a aplicação de distintas escalas de observação, cronológicas e geográficas. Uma perspectiva de análise estritamente regional não é, a este nível, adequada porque, sendo muito eficaz para captar estratégias de adaptação a ambientes e recursos concretos, isola artificialmente no espaço as consequências materiais de um processo que é, na sua essência, transregional.

A utilização de lentes de distintas gradações permite detectar sobre cenários estruturais de ampla expressão espaço-temporal como são, na Eurásia, os sistemas de caça e recollecção e os sistemas de produção de alimentos, conjunturas específicas que dão origem a quadros arqueológicos particulares.

Ainda que nesta trajetória seja conhecido o ponto de partida, uma paisagem explorada por sistemas de caçadores-recolectores, e o ponto de chegada, o domínio dos sistemas produtores de alimentos, interessa discutir as vias e os mecanismos desta transformação cultural.

No espaço europeu, a existência de múltiplos esquemas de passagem não permite prever, à partida, qual o modelo mais eficaz para explicar a mudança num território concreto.

A rejeição, adesão, ou (re)criação de modelos explicativos que justifiquem as características do registo arqueológico, datado dos finais do VI/inícios do V milénios cal BC, implica uma síntese crítica da informação disponível para o período que antecede os inícios do processo de neolitização e para a primeira etapa da mudança.

Apesar de reconhecido o positivismo do propósito, pretende-se, em primeiro lugar, isolar evidência bruta de modalidades interpretativas e averiguar, através da aplicação de sucessivos filtros metodológicos, da fiabilidade da informação disponível, tendo como objectivo a criação de uma base de dados, quantitativa e qualitativamente, significativa que permita distinguir realidade histórica e ruído arqueográfico.

Do exercício obtêm-se resultados constrangedores, porque quando se isola a evidência empírica de uma teoria explicativa que lhe confere consistência torna-se claro que, e apesar do importante acréscimo de informação registado nos últimos anos, existe, para o actual território português, um evidente desequilíbrio entre um acesso debate teórico e um quadro empírico muito lacunar.

Só o reduzido conhecimento existente sobre a matéria justifica que alguns “sítios, horizontes e artefactos” (Gonçalves, 1995), que em outras áreas seriam sobretudo curiosidades de museu tenham sido utilizados como sustentáculo de modelos explicativos.

Mas, a revisão crítica dos dados tende a reduzir de forma substancial o corpo da documentação utilizável, inclusivamente em regiões onde a investigação tem sido consistente e continuada. O trabalho recente de C. Manen sobre os sistemas decorativos das cerâmicas do Neolítico antigo recolhidas entre o Ródano e o Ebro é, neste ponto, sintomático, a partir de uma amostra de 125 estações apenas 15 sítios ultrapassaram as malhas da crítica das fontes (Manen, 2002, p. 123).

No caso português, as contingências do registo podem, em parte, ser ultrapassadas calibrando a informação, quer de casos paradigmáticos quer de casos problemáticos, em outros sectores do Mediterrâneo ocidental para os quais se dispõe de um conhecimento mais sólido.

Mas calibrar os dados no quadro amplo do processo onde se inscrevem não significa esquecer ou subvalorizar trajetórias específicas que nesta área, onde o substrato indígena é

bem conhecido, não são necessariamente uma reprodução exacta das dinâmicas registadas em outros pontos do Mediterrâneo ocidental.

Optou-se por realizar, aqui, uma leitura combinada onde o registo é sujeito a uma crítica heurística e, ao mesmo tempo, perspectivado em função dos principais modelos construídos para explicar a mudança que se opera a partir de meados do VI e até meados do V milénios cal BC.

Os dados disponíveis acerca da introdução dos componentes do sistema neolítico, da contemporaneidade de diferentes sistemas culturais, e do domínio final dos sistemas produtores são confrontados com os modelos que explicam a neolitização do actual território português a partir da:

- difusão démica e da criação de colónias ou enclaves;
- difusão cultural através de processos percolativos ou de osmose cultural.

Em ambos os casos, é discutido o grau de adequação entre o registo arqueológico e a teoria explicativa.

Estas posições antagónicas têm sido, na Arqueologia portuguesa, defendidas respectivamente por J. Zilhão (1990, 1992, 1993, 1997b, 1998, 2000, 2001), e por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Soares e Silva, 1979; Silva e Soares, 1981; Silva, 1989; Soares, 1992; Soares, 1995, 1996 [2003]; Silva, 1997; Soares, 1997; Soares e Silva, 2003).

Outros investigadores têm igualmente sublinhado a importância dos fenómenos de difusão cultural, e de continuidade populacional, minorando a escala e as consequências da difusão démica (Jorge, 1990, 1999; Sanches, 1997, 2003; Valera, 1998, 2002).

9.2. A designação das fases de mudança

As dificuldades na análise do problema sentem-se a partir do momento em que se procuram os termos para designar as etapas da mudança histórica.

A aplicação de um conceito uni-estadial é pouco adequada para definir as diferentes fases deste processo. O registo é, durante este período, multilinear e qualquer das designações clássicas, Mesolítico – Neolítico antigo, pode apenas ser aplicada a uma parte das comunidades humanas que ocupavam o território.

Reconhece-se que a historiografia esteve sempre muito pouco atenta a sobrevivências ou a momentos, segundo a linguagem contemporânea, multiculturais. O património terminológico não possui vocábulos próprios para estes períodos, e a História designa-se, numa lógica inexoravelmente darwinista, a partir de “realidades de ponta” e dos grupos que transportam o facho da civilização. Os “outros” constituem realidades anacrónicas, e tendem a ser pensados como resíduos, que o Progresso se encarregará de eliminar...

O esforço de muitos arqueólogos europeus que procuraram, nas décadas de 70 e 80 do século passado no âmbito de perspectivas processuais e marxistas, novos rótulos com os quais pretendiam ultrapassar o carácter artefactualista das antigas expressões, colocar a tónica nos planos económicos e ambientais e ao mesmo tempo reconhecer a existência de múltiplos grupos em acção, atingiu alguns dos objectivos pretendidos.

Se algumas das expressões alternativas que criaram não foram suficientemente eficazes para permanecer no vocabulário arqueológico, a criação do conceito de Neolitização, que a partir dos finais dos anos 70 integra de forma definitiva o léxico da disciplina, se na origem se opõe sobretudo ao conceito Revolução Neolítica, tornou-se sinónimo de uma percepção

dinâmica da História, onde existe um Tempo em que o processo decorre, e portanto onde podem ser admitidos diferentes agentes, mesmo que alguns deles não sejam directamente referidos.

9.3. Os antecedentes do processo

O primeiro acto desta sequência parece pacífico, como é aliás próprio das narrativas, e difusionistas e indigenistas concordam, no essencial.

O actual território português é ocupado unicamente por caçadores-recolectores que, desde os meados/ finais do VII milénio cal BC, estão na origem dos grandes concheiros que caracterizam o povoamento dos inícios do Atlântico, em resultado de uma reorganização das estratégias de povoamento desenvolvidas pelos grupos mesolíticos (Araújo, 2003a).

A análise das cartas de distribuição do povoamento do Mesolítico final traduz a existência de particulares critérios de implantação espacial que visavam a exploração de zonas de ecótono, onde a presença de uma importante componente aquática justifica a elevada produtividade natural dos ecossistemas, a partir dos quais é possível o acesso imediato a diferentes tipos de recursos.

Está documentado apenas um único modelo paleo-económico assente na caça, pesca e recollecção. O peso específico destas actividades pode oscilar consoante a modalidade de ocupação dos sítios, mas os produtos estuarinos, fluviais e marítimos desempenham, por regra, um papel crítico. Nesta estratégia, a questão do armazenamento, levantada a partir da presença, no concheiro da Moita do Sebastião, de duas fossas preenchidas por bivalves cerrados (Roche, 1960, p. 93), não está ainda suficientemente esclarecida.

A eficácia desta economia de amplo espectro, assente na exploração de recursos complementares, terá permitido elevados níveis de sedentarização e a criação de vastas necrópoles, em alguns destes concheiros, parece reflectir índices crescentes de territorialidade.

No plano artefactual, estes grupos caracterizam-se, ao nível das indústrias da pedra lascada, pela acentuada microlitização da debitagem, orientada sobretudo para a produção de suportes lamelares estandardizados, e pela importância da componente geométrica no campo da utensilagem (Roche, 1960; Arnaud, 1987, 1990; Araújo, 1999; Vierra, 1995; Marchand, 2001).

A evolução técnica/estilística destes últimos utensílios, e a proporcionalidade nos conjuntos líticos das diferentes armaduras, que noutras áreas do continente europeu deu origem a detalhadas sequências crono-tipológicas, é ainda rudimentarmente conhecida no território português.

Segundo a hipótese cronológica proposta por G. Marchand (2001, p. 107), a esta etapa correspondiam dois momentos distintos, um primeiro (6100-5900 cal BC), dominado por trapézios assimétricos, sendo os triângulos raros, e um segundo, não datado cronometricamente, onde seriam maioritários os triângulos com espinha, os trapézios mais raros e surgiriam os segmentos.

Este último dado deve estar presente na análise do subsequente processo de neolitização. Os segmentos, configurados por retoque abrupto que dominam, a partir de meados do VI milénio e até ao primeiro quartel do V, a componente geométrica dos diferentes grupos parecem, assim, o resultado de uma evolução interna dos sistemas líticos das populações de caçadores-recolectores mesolíticos.

A distribuição espacial do povoamento mesolítico, no actual território português, é um outro tópico em debate. Nos últimos anos, o número de sítios que são atribuídos a esta etapa

tem vindo a aumentar quer em resultado de novas escavações quer na sequência da revisão de espólios de antigas intervenções.

Sendo os dados disponíveis acerca dos territórios ocupados num determinado segmento temporal sempre parciais e lacunares existem, hoje, alguns indícios que permitem prever a eminência de uma revolução na cartografia do povoamento mesolítico, como a que aconteceu nos anos 90 relativamente à distribuição territorial dos grupos do Neolítico antigo.

Contrastando o mapa de distribuição do povoamento do Mesolítico final criado, em 1993, por J. Zilhão (p.9), com o recentemente produzido por A. C. Sousa (2004, p. 147), para o Epipaleolítico e Mesolítico, ressalta de imediato não só o significativo acréscimo do número de sítios atribuíveis a estas etapas, mas também a diferente dispersão espacial destas jazidas.

Ainda que para muitos dos sítios cartografados, por A. C. Sousa, a informação disponível seja muito escassa, quer a nível cronológico quer a nível cultural, é hoje possível, a partir da identificação de sítios em territórios distantes das áreas tradicionalmente conectadas com o povoamento epipaleolítico/mesolítico, desenhar uma outra geografia dos territórios ocupados durante os primeiros milénios do Holocénico, no Ocidente peninsular, que cobre progressivamente os grandes vazios detectados na cartografia.

Ocupações como as detectadas em Vale de Cerdeira, Vieira do Minho (Base de Dados do IPA), no sítio do Prazo, Vila Nova de Foz Côa (Monteiro-Rodrigues, 2000), no Forno da Cal, Figueira da Foz (Zilhão, 2000), na Buraca Grande, Pombal (Aubry et al., 1997b), no Abrigo de Bocas I, Rio Maior (Bicho, 1999), no sítio da Barca do Xarez, Reguengos de Monsaraz (Almeida et al., 1999), na gruta de El Conejar, em Cáceres (Cerrillo Cuenca et al., 2002, p.108), com uma data de 8220 ± 40 BP, no concheiro de Montes de Baixo (Silva e Soares, 1997), ou no concheiro do Castelejo (Silva e Soares, 1997), vão tornando mais amplas as redes de povoamento criadas pelos últimos caçadores-recolectores, cujos modelos de implantação não se restringiram aos ambientes estuarinos e costeiros.

A distribuição do povoamento mesolítico, que para os difusionistas constitui um tema crucial uma vez que defendem um processo de neolitização que envolve uma dualidade e descontinuidade espacial, é uma questão não resolvida e estão, inclusivamente, em aberto algumas problemáticas complementares como a da efectiva densidade e dispersão das ocupações do Mesolítico final, e o estatuto, ao longo desta etapa, das terras de interior.

As acentuadas descontinuidades espaciais, criadas pela existência de grandes vazios, no povoamento das últimas etapas do Mesolítico (Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002, p. 60), podem, em algumas áreas, e em face destes dados, reflectir sobretudo questões relacionadas com a especificidade da história da investigação regional.

Ainda que ténue, a ampliação da rede de ocupações de caçadores-recolectores parece favorecer os modelos percolativos, cuja defesa se tornava menos económica atendendo aos vastos desertos populacionais registados nas cartas de distribuição do povoamento mesolítico.

Se as importantes similitudes que se detectam, no espaço europeu, entre os grupos de caçadores-recolectores sugere a existência de redes de contactos entre estas comunidades (Martí Oliver e Juan-Cabanilles, 1997, p. 244-245; Kunst e Rojo, 1999, p. 262-263), e apesar de estar documentada a navegação quer na bacia do Mediterrâneo (Courtin, 2000, p. 22), quer nos mares do Norte, onde foram inclusivamente recuperadas canoas (Arias Cabal, 1999, p. 436), a perspectiva empregue na análise destes grupos é quase sempre “regionalizada” e funciona, por regra, o binómio processual meio ambiente/cultura, que pode camuflar o efectivo dinamismo social das populações mesolíticas.

9.4. As origens

Cronologia

Se os sítios específicos onde foram recuperados os novos elementos que marcam o início da neolitização, do território hoje português, podem ser objecto de violenta discussão entre difusionistas e indigenistas, as coordenadas cronológicas e os critérios utilizados para definir o início do processo parecem uma questão relativamente estabilizada.

Os meados do VI milénio cal BC, constituiu no território português, o momento a partir do qual podem ser encontrados elementos técnico-económicos neolíticos, como a cerâmica, a pedra polida e os animais domésticos, cuja origem exógena é comumente reconhecida.

Numa perspectiva difusionista, o arranque do Neolítico remonta a meados do VI milénio cal BC, de acordo com as datas obtidas sobre amostras de conchas, recolhidas nos sítios algarvios da Cabranosa (Cardoso et al., 1996a), e do Padrão (Gomes, 1994), e das datas provenientes dos contextos estremenhos da gruta do Almonda e da gruta do Caldeirão, obtidas sobre amostras de vida curta e de inequívoco significado cultural, como são os objectos de adorno sobre canino de veado e osso (Zilhão, 2001), e os restos de *ovis* (Zilhão, 1992).

Ao contrário, os indigenistas sublinham a antiguidade dos contextos algarvios e da Costa Sudoeste, e destacam as datações absolutas provenientes de Vale Pincel I (Soares, 1997; Soares e Silva, 2003), que reflectem, nesta leitura, a etapa a partir da qual as populações locais integram, a ritmos próprios, os componentes da neolitização.

Analisando as datas actualmente disponíveis para o Neolítico antigo em território peninsular, recentemente sintetizadas por Juan-Cabanilles e Martí Oliver (2002), e excluindo desta leitura os intervalos de tempo cujos desvios-padrão são de tal forma amplos que tornam inoperantes os resultados obtidos, pode afirmar-se que o Neolítico antigo cardial da fachada mediterrânea da Península Ibérica está datado de 6770 ± 70 BP, na Cova de Chaves (amostra de carvão), de 6730 ± 80 BP (amostra de carvão), na Cova de Cendres, portanto, em anos de calendário, ainda da primeira metade do VI milénio cal BC (Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002, p. 83).

No entanto, utilizando apenas amostras de vida curta, o cardial ibérico não recua para além dos meados do VI milénio cal BC (Zilhão, 2001, p. 14184), parecendo mesmo um fenómeno já da segunda metade desse milénio.

Perspectivando a questão a uma escala peninsular não parecem, de momento, aceitáveis datas que recuem para lá de meados do VI milénio cal BC o que, ainda assim, implica uma velocidade de expansão do sistema neolítico, na margem Norte do Mediterrâneo ocidental, de cerca de 5 km/ano, portanto muito superior à taxa estimada por Ammerman e Cavalli-Sforza (1973), e torna peni-contemporâneos grupos neolíticos estabelecidos em distintos pontos das costas mediterrânea e atlântica da Península Ibérica (Zilhão, 2001, p. 14181; Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002, p. 60).

A maior antiguidade dos contextos costeiros não é, neste momento, um dado adquirido. Os intervalos de tempo obtidos para a gruta de Chaves (Utrilla, 2002) e as características tipológicas dos materiais da gruta de La Cariguela (Navarrete Enciso, 1976), confirmam a possível sincronia entre o Neolítico antigo do litoral e de algumas áreas do interior ibérico.

Definido o momento de arranque, a divisão interna da primeira etapa do Neolítico e o momento do seu *terminus* enquanto período cultural são, no entanto, pontos mais controversos.

A caracterização, a partir de componentes artefactuais, da personalidade cultural dos grupos observados e a sua integração nos diferentes círculos culturais do Mediterrâneo ocidental é uma questão chave para os difusionistas, e secundária entre os indigenistas, que pendem fundamentalmente para uma análise da evolução interna das comunidades humanas.

No entanto, a segmentação do registo em duas fases, que prolonga a lógica de periodização mediterrânea introduzida, em Portugal, por J. Guilaine (1970, 1976), é comum a difusionistas e indigenistas.

Para os difusionistas, o Neolítico antigo cardial diferencia-se do Neolítico antigo epicardial a partir de alterações visíveis na cultura material, e a mudança detecta-se, sobretudo, no campo tipológico, e na acentuada expansão geográfica associada a esta segunda etapa, período durante o qual são absorvidos, pelos sistemas neolíticos, os últimos grupos de caçadores-recolectores.

A sequência estratigráfica e cronológica detectada nos horizontes NA1 e NA2 da gruta do Caldeirão (Zilhão, 1992), e confirmada nos níveis de base do Abrigo da Pena d'Água (Zilhão e Carvalho, 1996; Carvalho, 1998b), constituem a materialização desta sucessão cultural. A partir de finais do VI milénio, a cerâmica cardial torna-se rara, ou inexistente, e a frequência de outras técnicas, matrizes e motivos decorativos sobre os recipientes cerâmicos define a personalidade epicardial destes grupos.

Para os indigenistas, a linha que divide o Neolítico antigo pleno do Neolítico antigo evolucionado passa sobretudo por critérios de intensificação económica e crescente complexidade social, documentados em duas estações-chave da Costa Sudoeste (Silva, 1997, Soares, 1996 [2003]), Vale Pincel I e Salema.

Em Vale Pincel I, tinham sido adoptadas, sobretudo, as componentes artefactuais do pacote neolítico e a integração de estratégias produtivas representava apenas um fenómeno marginal numa economia onde a caça e a recollecção desempenhavam o papel fundamental. No povoado da Salema, os indicadores de produção tornavam-se mais abundantes e o critério de implantação espacial do sítios traduzia a procura de bons terrenos agrícolas.

No entanto, o momento de arranque de uma segunda fase do Neolítico antigo não é, no plano empírico, tão evidente.

A presença/ausência, a percentagem relativa, e a tipologia estilística da cerâmica cardial não parece um critério decisivo, como têm destacado outros autores (Simões, 1999).

As datas obtidas na gruta do Correio-Mor (Cardoso et al., 1996a), ou no sítio do Padrão apontam para a existência de ocupações neolíticas contemporâneas das detectadas na gruta do Almonda, na gruta do Caldeirão, ou no povoado da Cabranosa, onde não existe, ou é muito escassa a cerâmica cardial, e o número de fragmentos recuperados nas sequências estratigráficas da gruta do Caldeirão e no Abrigo da Pena d'Água não permite efectivas valorizações da frequência do emprego das diferentes técnicas decorativas.

Sendo já problemática a existência de um horizonte Cardial, ponto que será adiante debatido com maior detalhe, a definição de uma segunda fase como Epicardial é uma questão igualmente discutível.

Reconhecendo a especificidade estilística, no extremo Ocidente peninsular, dos sistemas decorativos cerâmicos, Guilaine e Veiga Ferreira (1970; Guilaine, 1976), optaram pela criação de um rótulo próprio, o grupo ou horizonte da Furninha, que permitia distinguir estas realidades das identificadas na região valenciana ou na França mediterrânea, e reconhecer, ao nível dos artefactos cerâmicos, a diferente evolução dos primeiros grupos neolíticos do actual território português, face aos grupos do Mediterrâneo Ocidental.

No entanto, segmentar em duas fases o registo disponível para o Neolítico antigo, a partir de critérios paleo-económicos como pretendem os indigenistas, depara-se também com obstáculos significativos. A escassez de evidências directas acerca das estratégias de obtenção de recursos não permite caracterizar quantitativamente o subsistema económico dos primeiros grupos que desenvolvem uma economia mista, ou detectar inequívocos sinais de intensificação, ao nível das práticas produtivas.

De acordo com os dados hoje disponíveis, o Neolítico antigo enquanto etapa cultural parece estender-se desde os meados do VI a meados do V milénios cal BC, uma vez que não se conhecem ocupações com cerâmicas impressas/incisas e indústrias líticas de feição lamelar datadas da segunda metade do V milénio cal BC.

Ao longo deste amplo período de tempo, são inevitáveis mudanças em distintos planos dos sistemas culturais, mas, neste momento, não são claras as causas da ruptura que podiam ser invocados para justificar o ponto onde devia ser traçada uma linha perpendicular ao eixo do Tempo, que possuísse um significado geral, e a importação de esquemas crono-culturais definidos em outras áreas não contribui, necessariamente, para a resolução do problema.

Se, ao nível do debate interno sobre o Neolítico antigo do actual território português, se utiliza, muitas vezes implicitamente, uma periodização assente em duas fases, uma “antiga”, em torno de 6500-6300 BP, e uma mais recente a partir de 6100/6000 BP, compete à futura investigação atribuir, mais que rótulos, conteúdos culturais específicos a cada um destes momentos, e isolar no registo os elementos, artefactuais, económicos, espaciais e simbólicos, que determinam a transformação cultural.

Mecanismos sociais

Se, quanto ao início do processo de neolitização, a questão cronológica é relativamente consensual, os mecanismos sociais, que estão na base dos novos registos, constituem campo de acesas polémicas. Os quadros explicativos tendem, ao contrário da História, a enfatizar fenómenos unimodais e a rigidez de algumas posturas defendidas, quer por difusionistas quer por indigenistas, reflecte outras idiossincrasias que ultrapassam o campo do debate científico.

Difusão cultural: uma leitura sintética

O recurso a mecanismos de difusão cultural, a processos de osmose ou de percolação de elementos como causa primária da neolitização, tem sido, desde os anos 70, uma constante nos textos de C. Tavares da Silva e J. Soares, ainda que só a partir de meados dos anos 90 tenham, em particular a última, apresentado enquanto modelo concreto, com identificação das variáveis presentes, uma leitura da História que estava, mais ou menos, implícita nos textos anteriores.

O modelo defendido sustenta-se num conjunto de dados provenientes da Costa Sudoeste, postos a descoberto por estes autores e onde os, já referidos, sítios de Vale Pincel I e da Salema ocupam um lugar de destaque.

As premissas assentam na continuidade que, na região, se observa ao nível das estratégias de povoamento, da cultura material e dos sub-sistemas económicos. A adesão arritmada aos elementos de neolitização sugere um processo gradual e selectivo de incorporação, por parte de grupos indígenas, das “novidades” disponíveis na bacia do Mediterrâneo ocidental.

Segundo estes arqueólogos, as redes de contacto estabelecidas no âmbito dos regimes exogâmicos praticados pelos caçadores-recolectores teriam funcionado como os canais de difusão destes elementos, e um admitido desequilíbrio ecológico-demográfico constituiria a motivação para a integração de novos artefactos ou novos procedimentos económicos.

Uma vez que este processo de integração selectiva de elementos neolíticos não está registado nos concheiros do vale do Tejo e do vale do Sado, J. Soares (1996 [2003], p. 47), admite uma dualidade de trajectórias, com expressão geográfica, entre os grupos estabelecidos nos concheiros estuarinos e os que ocupam a Costa Sudoeste.

Os primeiros mantêm-se, no essencial, à margem deste processo, enquanto que os últimos, ocupando a plataforma litoral e mais sujeitos aos efeitos da pressão demográfica, teriam, precocemente, adoptado elementos neolitizantes.

A continuidade populacional defendida pelos antropólogos (Lubell e Jackes, 1985; Lubell et al., 1990; Jackes e Lubell, 1992), que têm analisado os restos osteológicos de grupos mesolíticos e neolíticos do actual território português é, para estes autores, outro argumento invocado na defesa de uma neolitização que não inclui deslocações de grupos humanos.

A primeira etapa deste processo estaria registada em sítios como Vale Pincel I ou Medo Tojeiro, onde a par da introdução de inovações, como a cerâmica ou escassa pedra polida, se detectavam continuidades com as estratégias desenvolvidas ao longo do Mesolítico (Soares, 1992), ao nível das indústrias da pedra lascada, do regime de exploração dos territórios, e da diferenciação logística na tipologia das ocupações.

A segunda fase, de progressiva intensificação económica e apropriação de terras de interior estava documentada no povoado da Salema, ou em Alvalade do Sado, onde os vestígios indirectos das práticas produtivas eram mais evidentes.

A difusão cultural tem sido, igualmente, defendida, por outros autores que tratam outras áreas de país, quer como causa genérica do fenómeno de neolitização quer como mecanismo que consideram eficaz para explicar registos particulares (Jorge, 1990, 1999; Sanches, 1997, 2003; Valera, 2002, Monteiro-Rodrigues, 2000). No entanto, no Interior Centro e Norte de Portugal, a exiguidade da informação proveniente dos primeiros contextos neolíticos não tem permitido a construção de modelos detalhados, e a adesão ao indigenismo parece, em alguns casos, mais do que uma consequência da leitura da realidade empírica, uma opção teórica.

Difusão cultural: uma leitura crítica

Várias são as questões que se podem colocar à aceitação deste modelo, como é apresentado por J. Soares (1996 [2003], 1997), em função do grau de adequação que demonstra face ao registo disponível.

Neste quadro interpretativo, a evidência recolhida na Costa Sudoeste ocupa um lugar central, e a excessiva “regionalização” da leitura constitui um ponto de fraqueza do modelo. Os registos contemporâneos, provenientes de áreas limítrofes, nomeadamente da Estremadura, não são tratados senão de forma muito periférica.

A autora recusa a entrada, na Costa Sudoeste, de populações exógenas, o que é também defendido para esta área pelo modelo difusionista de J. Zilhão, admitindo que o despoletar do processo decorre da existência de estímulos, ou trocas culturais, cuja origem não é especificamente discutida.

Quanto ao desequilíbrio demográfico-ecológico, que justificaria a integração de novos artefactos ou ecofactos, este não parece, no entanto, sustentado pelos dados disponíveis.

No Sul do território, a presença, a partir de meados do VI milénio cal BC, de novos meios e modos de produção não provocou alterações substantivas nas estratégias de obtenção de recursos dos grupos de caçadores-recolectores indígenas.

Não se assiste, nos contextos mesolíticos, a um processo de neolitização gradual, ou súbita, destas populações. A cerâmica constitui um epifenómeno entre estes grupos e, até à data, não foram identificados animais domésticos nestes sítios onde, no entanto, se conservaram abundantes restos faunísticos.

A economia de caça/pesca/recollecção que caracteriza os grupos mesolíticos, desde os inícios do Atlântico, e que permitiu níveis elevados de estabilidade residencial, não sofreu

alterações perceptíveis a partir de meados do VI milénio cal BC, quando entram em cena outros sistemas tecno-económicos.

A adequação entre os meios tecnológicos disponíveis, os recursos existentes e a dimensão dos grupos permitiu, de acordo com os dados actuais, a reprodução de um sistema cultural mesolítico até meados do V milénio cal BC.

Inclusivamente na Costa Sudoeste, o grande concheiro de Vidigal (Vierra, 1995), cuja ocupação é parcialmente contemporânea deste processo, não possui qualquer elemento de produção destinado a combater um suposto desequilíbrio entre comunidade e recursos.

De entre as múltiplas possibilidades de resposta que os caçadores-recolectores poderiam ter dado face ao processo de neolitização em curso, e perante a existência de novos artefactos, novas tecnologias, e novos recursos alimentares, estes parecem ter numa primeira, e longa fase, optado pela reprodução do seu *modus vivendi*, não integrando as inovações disponíveis.

Os caçadores-recolectores, cujo sistema cultural incluía mecanismos sociais e mentais que podiam ser classificados como “proto-produtores”, designadamente os elevados níveis de sedentarização que atingiram, ou a continuada exploração de recursos fixos, num processo que se assemelha à gestão de recursos domésticos e que, portanto, reuniam condições que os tornavam aptos à integração dos novos elementos parecem, no entanto, permanecer à margem deste processo.

A existência de um sistema cultural estabilizado e enraizado, na região, pode ter funcionado como um “foco de resistência” cultural, configurando-se um quadro idêntico ao registado em outras áreas do continente europeu.

Um mecanismo de tipo percolativo daria origem a um registo arqueológico substancialmente diferente daquele que se conhece no Sul de Portugal. A adopção, mais ou menos, gradual e, mais ou menos, selectiva dos componentes do pacote neolítico devia ficar documentada nos sítios ocupados pelos caçadores-recolectores, como acontece em outras áreas do território peninsular, nomeadamente na região cantábrica onde, em algumas estações, os níveis neolíticos se sobrepõe a níveis mesolíticos, sem que se detectem alterações no campo da indústria da pedra lascada (Arias Cabal, 1999, p. 418-419).

O papel, que parece marginal, assumido por estas comunidades, num primeiro momento do processo de neolitização, não é sinónimo de uma qualquer incapacidade ontológica, mas pode apenas reflectir a ausência de crises, pressões ou desequilíbrios, ambientais, demográficos e/ou sociais, que justificassem a mudança. “En general es pot dir que, fins a l’adveniment del capitalisme, els canvis en el mode de subsistència s’introdueixen *per conservar els modes de vida, no per canviar-los*” (itálico no original) (Vicent, 1990, p. 261).

A resistência à mudança, por parte de comunidades de caçadores-recolectores, é também detectada em outras áreas do espaço europeu, onde inclusivamente é possível traçar fronteiras arqueológicas entre distintos universos culturais. A permeabilidade dessa fronteira terá no entanto criado um nível de entropia, que alguns consideram sobretudo social (Arias Cabal, 1999, p.445-449; Zvelebil e Lillie, 2000), e cujas consequências, a longo prazo, parecem decisivas para o abandono dos sistemas de caça-recollecção.

As condicionantes ecológicas, demográficas e sociais que, em algumas áreas da bacia do Mediterrâneo, terão conduzido os caçadores-recolectores ao controle progressivo dos recursos naturais, ou à adesão rápida aos novos esquemas de subsistência, não parecem ter afectado os grupos mesolíticos da fachada atlântica, que apresentam cronologias e estratégias muito diferenciadas de adesão à *Europa neolítica*.

A análise dos dados provenientes do Sul de Portugal não permite, assim, explicar uma primeira fase de mudança a partir de um processo exclusivamente percolativo e torna-se,

portanto, necessária a presença de outros agentes históricos responsáveis pela introdução do sistema neolítico, uma vez que o registo arqueológico, actualmente disponível, parece invalidar a difusão cultural, como causa fundamental da neolitização.

Difusão démica: uma leitura sintética

A difusão démica que provocou, nos anos 70 e 80 do século passado, violentas reacções em segmentos da comunidade arqueológica que pretendia, sobretudo, valorizar o estatuto das populações indígenas tem, nos últimos anos, sido arqueologicamente confirmada em diferentes pontos da bacia do Mediterrâneo.

O cenário natural favorece a deslocação de pequenos grupos, e como têm referido muitos autores ocupam-se novos sítios em paisagens conhecidas. “The climatic unity of the Mediterranean made possible the wholesale transfer of landscapes from one sector of the basin to others. Migrants, encountering a familiar ecological context, found that they were able to establish themselves in new territories without substantially changing their settlement patterns, agricultural regimes, or diet. To such colonist, in Fernand Braudel’s apt characterization, “their journey simply meant finding in a new place the same trees and plants, the same food (...); it meant living under the same sky, watching the same familiar seasons” (Glick, 1979, p. 55).

No entanto, e apesar de historicamente plausível, as causas da expansão neolítica, independentemente da escala em que esta ocorre, devem ser definidas. O insucesso das primeiras explicações que assentavam em critérios de ordem demográfica e/ou ecológica como motivo primária da difusão dos sistemas agro-pastoris tem, nos últimos anos, levado alguns adeptos da movimentação démica a invocar argumentos da esfera do simbólico (Bogucki, 2000, p. 214), para justificar o continuado movimento por parte dos primeiros produtores.

Estando estabelecido que a procura de novos territórios pelos grupos neolíticos antecede o momento de desequilíbrio entre populações e recursos admite-se a existência de uma matriz social marcada por uma “ética de pioneiros” (Zilhão, 2000, p.172), que justificaria a incessante busca de novos espaços.

E, efectivamente, observando o registo arqueológico, a movimentação, por via marítima, de grupos plenamente agro-pastoris que colonizam áreas, mais ou menos, distantes dos seus lugares de origem e onde aportam com um sistema cultural perfeitamente definido, e sem raízes na região onde se estabelecem, parece inegável.

A escala de análise dos processos de neolitização não pode, portanto cingir-se a espaços restritos, uma vez que as origens de um sistema cultural não se detectam, necessariamente, na região em que este surge.

No Mediterrâneo ocidental, um importante conjunto de sítios são, hoje, considerados colónias neolíticas e integradas em diferentes tradições culturais.

O carácter monofilético que se propunha para os inícios do Neolítico, nesta, área tem sido contestado, uma vez que têm vindo a ser identificadas ocupações adscritas a diferentes círculos culturais, com estilísticas e tecnologias artefactuais próprias (Binder, 2000; Binder e Guilaine, s.d.).

No segundo quartel do VI milénio cal BC, a presença na região do Languedoc, de ocupações do círculo da cerâmica impressa italiana, como as detectadas em Pont de Roque-Haute e Peiro Signado (Guilaine, 2000, p. 19; Manen, 2002, p. 151-152), demonstra a diversidade de origens, e de rotas, existente. A presença de obsidiana de Lipari no sítio de Peiro Signado constitui um outro indicador da origem distante desta população e da natureza exploratória que algumas destas deslocações podem ter assumido.

E, marginalmente, refira-se que o carácter recorrente destas expedições no Mediterrâneo seria, milénios mais tarde, imortalizado na figura de um aventureiro que não encontra, para desconsolo de sua esposa, o caminho de regresso a casa...

A presença de grupos “pré-cardiais” não constitui, no entanto, o único factor de heterogeneidade cultural na neolitização da França mediterrânea. A corrente cardial não pode ser entendida como um bloco homogéneo, uma vez que para além de diferenciações de carácter cronológico detectam-se, também, no campo da cultura material particularismos de expressão regional (Binder e Guilaine, 1999, p. 455), que permitem distinguir vários actores em cena.

O Mediterrâneo ocidental parece, assim, palco de múltiplas deslocações e cenário comum a grupos com diferentes personalidades culturais.

Na Península Ibérica, as estações clássicas da região valenciana, como Or, Sarsa ou Cendres foram interpretadas enquanto sítios paradigmáticos da colonização cardial, verdadeiras colónias a partir das quais se traçaram, com base num modelo dual, os diferentes panoramas da neolitização da Espanha mediterrânea e do vale do Ebro (Fortea Perez e Martí Oliver, 1984-1985; Bernabeu Aubán 1989; Bernabeu Aubán et al., 1993; Bernabeu Aubán, 1996; Martí Oliver e Juan-Cabanilles, 1997; Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002).

No Levante peninsular, a utilização de grutas naturais como lugares de residência constituía o único traço em comum com os grupos mesolíticos locais. A origem exógena destas comunidades ficava claramente demonstrada, no campo artefactual, económico e simbólico, pela aparição brusca e conjunta de um sistema cultural, que não possuía qualquer antecedente nas áreas onde se implanta.

A difusão démica, responsável pela criação destes habitats, é também invocada para justificar a origem dos, mais recentemente escavados, povoados cardiais, submersos, de La Marmotta (Kunzig, 2002), na Itália central, ou de La Draga (Bosch et al., 2000), na Catalunha.

Ainda que em La Draga não tinham sido identificadas canoas monóxilas, como as recuperadas em La Marmotta, propõe-se um modelo de fundação idêntico para estes sítios lacustres, o da chegada, por via marítima, de populações agro-pastoris, originárias de outros pontos da bacia do Mediterrâneo.

A presença em La Marmotta de cerâmicas pintadas, e de uma deusa-mãe em pedra¹, remete para o mundo do Egeu, e em La Draga alguns objectos de mármore parecem de inequívoca ascendência oriental.

Os trabalhos desenvolvidos nestes contextos, que possuem excepcionais condições de preservação da matéria orgânica, permitiram corrigir o quadro construído para o Neolítico antigo no Mediterrâneo ocidental, tradicionalmente definido como uma etapa de forte inclinação indigenista, onde a caça e a pastorícia desempenhavam um papel fundamental na subsistência dos grupos.

O povoado de La Marmotta e o de La Draga confirmam a situação já verificada em Or, a da presença, no Mediterrâneo ocidental durante as primeiras etapas do Neolítico antigo, de grupos plenamente agrícolas.

Nos povoados ao ar livre, e de ocupação permanente, de La Marmotta e de La Draga, a criação do boi e do porco assume um lugar de destaque, o que põe a descoberto outras facetas deste Neolítico antigo que se caracterizava, sobretudo, pela presença de pequenos grupos que, ocupando grutas, praticavam uma pastorícia de ovinos e caprinos, integrados num esquema de grande mobilidade residencial.

A importância dos ovicaprinos em alguns sítios deve, então, justificar-se pelas características ecológicas dos ecossistemas explorados e não pela sua absoluta preponderância na economia dos grupos cardiais.

A semelhança entre os dois sítios submersos não se esgota no plano artefactual e económico. A utilização de madeira na construção de cabanas rectangulares, detectada em ambos os povoados, constitui um dado inteiramente novo acerca das estruturas residenciais dos grupos cardiais, e demonstra claramente a parcialidade do conhecimento de que se dispunha acerca das estratégias económicas, das modalidades de fixação e organização dos sítios de habitat dos primeiros produtores do Mediterrâneo ocidental.

A clara oposição que se podia estabelecer entre um processo de neolitização tipo LBK, de carácter continental caracterizado pela expansão terrestre de comunidades agro-pastoris que edificavam aldeias permanentes, e um processo associado a grupos cardiais, de caçadores-pastores ocupando abrigos naturais, e onde a transmissão de técnicas/artefactos/espécies animais e vegetais parecia excluir a movimentação de grupos humanos já não é, em função de dados recentes, sustentável.

A neolitização da bacia do Mediterrâneo ocidental foi também levada a cabo por grupos produtores estabelecidos em aldeias permanentes de vocação agro-pastoril.

Nos últimos anos, João Zilhão tem defendido (1992, 1993, 2000, 2001), retomando em novos moldes e partindo de novos dados, o modelo A que Arnaud apresentou em 1982, a neolitização do extremo ocidente da Península Ibérica a partir da implantação, em enclaves, de colonos cardiais, que atingem o território por via marítima, integrados numa dinâmica expansionista que ao nível do litoral peninsular parece, de acordo com os intervalos de tempo disponíveis, genericamente sincrónica.

Estes colonos que, segundo este autor, transportam na integra o pacote neolítico, estabelecem-se em áreas consideradas desocupadas pelos grupos de caçadores-recolectores, dando origem, numa primeira fase, a um cenário de dualidade cultural prolongada. A expansão, numa segunda etapa, dos sistemas produtores para terras de interior absorvia os últimos caçadores-recolectores, estabelecido nos seus ecossistemas tradicionais.

A personalidade cardinal das comunidades de origem dilui-se progressivamente, dando origem a grupos epicardiais, que podem ainda incluir, ou não, nos seus espólios recipientes decorados com concha de berbigão. Nesta fase, todos os sítios que possuem cerâmica são considerados neolíticos, e cartografados sob um único símbolo (Zilhão, 2000, fig. 6.3 – C), com excepção dos “enclaves” mesolíticos do vale do Sado.

A dualidade que caracterizava o início do processo de neolitização dará depois origem a uma unicidade cultural. Uma idêntica percepção do processo levou Juan-Cabanilles e Martí Oliver (2002, p. 64-65) a optar por um único símbolo para identificar todos os sítios ocupados na Península Ibérica durante a primeira metade do V milénio cal BC, ainda que reconheçam que essa homogeneidade possa ser sobretudo superficial, dada pelo verniz das cerâmicas epicardiais.

Para J. Zilhão, os dados, ainda sujeitos a discussão, da antropologia física são empregues para detectar a existência de descontinuidades entre as populações do Mesolítico final e os grupos do Neolítico antigo (2000, p. 173-180). De acordo com este autor, podia transportar-se para a fachada atlântica do Sul peninsular, o modelo dual criado para o eixo litoral Catalunha/Valência, e a sequência crono-cultural detectada nessa região.

Difusão démica: uma leitura crítica

A difusão démica, claramente atestada na margem norte do Mediterrâneo ocidental, não é tão evidente para lá ou, dependendo da perspectiva, para cá do Estreito de Gibraltar e a entrada de colonos é, no registo arqueológico, menos visível que em outras áreas peninsulares.

No actual território português não foi, até ao momento, identificado nenhum sítio da primeira fase do Neolítico antigo que apresente características semelhantes às detectadas nas estações clássicas da região valenciana, como Or, Sarsa ou Cendres. No extremo ocidente da península, as ocupações desta fase não apresentam a totalidade dos componentes do pacote neolítico, o que constituiu um claro entrave à sua classificação enquanto “colónias”.

Em simultâneo, algumas diferenças detectadas no campo tecno-tipológico entre os admitidos locais de partida, na fachada mediterrânea, e os pontos de chegada, na costa atlântica portuguesa, não são de imediata explicação e contrariam as expectativas teóricas associadas a um processo de difusão rápida assente na expansão démica por via marítima.

Estas diferenças surgem em dois campos do sistema que são, numa perspectiva difusionista, determinantes, designadamente no campo dos sistemas decorativos dos recipientes cerâmicos, a partir dos quais pode ser definida a origem, a filiação cultural de um grupo, e a maior ou menor proximidade aos núcleos do Mediterrâneo ocidental, e ao nível das indústrias de pedra lascada, onde pode ser afirmada a ruptura, mas também a continuidade, cultural com o substrato indígena.

A transformação e a recomposição de múltiplos elementos dos sistemas culturais, identificada ao nível amplo da neolitização da Eurásia, tem sido conectada com fronteiras espaciais onde cronologicamente se interrompe a expansão geográfica dos grupos neolíticos (Guilaine, 2000, 2000-2001), mas essa arritmia do processo, que podia justificar as diferenças culturais detectadas no caso ibérico, não está documentada entre a fachada mediterrânea e atlântica do Sul peninsular que, à escala de resolução do ^{14}C , é genericamente sincrónico.

Se, neste caso específico, o factor Tempo não parece responsável pela diferença cultural, que é particularmente visível ao nível dos pacotes artefactuais destes grupos neolíticos, devem então procurar-se outras causas que a justifiquem.

A questão cardial

No inventário das diferenças detectadas entre os contextos da primeira fase do Neolítico antigo da Península Ibérica, deve em primeiro lugar tratar-se da questão da cerâmica cardial ou, mais exactamente, do significado histórico deste particular processo decorativo, tema que periodicamente é retomado na bibliografia da especialidade, e sobre o qual quase todos os neoliticistas já se pronunciaram.

No entanto, mais que frisar a abundância, ou escassez, de cerâmica cardial talvez mais adequado seja referir a pequeníssima dimensão dos conjuntos cerâmicos que se atribuem à primeira fase do Neolítico antigo em Portugal, aos quais não é possível aplicar análises quantitativas (Quadro 56).

A dimensão destes conjuntos não traduz a raridade dos materiais cerâmicos nas primeiras ocupações neolíticas, mas deve-se a circunstância várias decorrentes quer da funcionalidade dos sítios escavados, necrópoles ou abrigos temporários, quer da natureza, e da cronologia, das intervenções que foram feitas nesses contextos, em alguns casos recolhas de superfície e/ou sumárias escavações, algumas das quais com mais de um século.

De entre os sítios neolíticos cuja personalidade cardial tem sido várias vezes referida (Guilaine e Ferreira, 1970; Arnaud, 1982; Zilhão, 1992), provêm dos povoados ao ar livre, da região da Figueira da Foz, da Várzea e do Vale do Lírio e da Junqueira, do primeiro, nove fragmentos cerâmicos, dois dos quais com decoração cardial, e do segundo, 30 fragmentos cerâmicos dos quais, aparentemente, sete terão sido decorados com concha de berbigão (Jorge, 1979).

Do conjunto de grutas de Eira Pedrinha (Corrêa e Teixeira, 1949, Est. IX), provavelmente utilizadas como necrópole, está publicado, sem que se conheça a sua exacta proveniência, um pequeno lote de 27 fragmentos cerâmicos do Neolítico antigo. A decoração cardinal está presente em onze fragmentos, ainda que seja possível que pelo menos quatro pertençam a um mesmo vaso onde estarão representadas, de forma muito estilizada, figuras antropomórficas.

Uma função funerária é também admitida para a ocupação do Neolítico antigo da gruta da Buraca Grande (Aubry et al., 1997), onde entre um número muito reduzido de fragmentos cerâmicos, dois parecem apresentar impressão desta concha.

Na gruta necrópole do Caldeirão pertencem ao horizonte NA2 (Zilhão, 1992), 3 vasos cerâmicos dos quais um possui decoração cardinal.

No abrigo da Pena d'Água (Carvalho, 1998b), objecto de ocupações temporárias, não é referido o número exacto de fragmentos que pertenceriam à ocupação identificada na camada Eb-base, que no entanto parece reduzido. Das 11 proveniências indicadas de materiais decorados, duas pertencem a recipientes com decoração cardinal.

Relativamente abundantes, ainda que não quantificáveis, parecem ser os fragmentos de cerâmica cardinal recuperados na gruta do Almonda, escavada em dois momentos diferentes do século XX (Paço et al., 1947; Zilhão et al., 1991), que incluem, tal como em Eira Pedrinha, representações estilizadas da figura humana.

QUADRO 56

Vasos e fragmentos cerâmicos em sítios do Neolítico antigo (2.^a metade do VI milénio cal BC)

		Número de fragmentos cerâmicos	Número de fragmentos com decoração cardinal	Percentagem de cerâmica cardinal	
Várzea e Vale do Lirio	Habitat ao ar livre	9	2	22%	Jorge, 1979
Junqueira	Habitat ao ar livre	30	7 (11)	23%	Jorge, 1979
Eira Pedrinha	Gruta – necrópole (?)	27	11(?)	40%	Corrêa e Teixeira, 1949
Buraca Grande	Gruta – necrópole (?)	Raros fragmentos – (5?)	2(?)	40%	Aubry et al., 1997
Caldeirão NA2	Gruta – necrópole	37 fragmentos 3 vasos	11 fragmentos 1 vaso	33% dos vasos	Zilhão, 1992
Pena d'Água	Habitat em abrigo	Referidas 11 proveniências de cerâmicas – n.º de fragmentos não indicado	Duas proveniências correspondem a impressões cardiais	18% das proveniências	Carvalho, 1998b
Almonda	Gruta – necrópole	Não quantificados	Referidos não quantificados	?	Paço et al., 1947; Zilhão et al., 1991
Cabranosa	Habitat ao ar livre	10 vasos	2 vasos	20%	Cardoso et al., 1998; Carvalho e Cardoso, 2003

A análise dos dados provenientes dos sítios estremenhos parece elucidativa. Os materiais cerâmicos são efectivamente muito escassos, e impedem uma correcta valorização das percentagens obtidas para as decorações cardiais. Numa desafortunada coincidência alguns dos sítios, como os povoados ao ar livre da região da Figueira da Foz, que podiam ter sido cruciais no entendimento deste processo foram intervencionados num etapa inicial da disciplina, e as escavações recentes têm incidido sobretudo em necrópoles e/ou abrigos de curta duração, a partir dos quais se obtêm uma imagem necessariamente parcial dos sistemas culturais presentes.

A informação proveniente dos sítios algarvios não permite um esclarecimento cabal desta questão. Do povoado ao ar livre da Cabranosa, onde foram realizadas recolhas de superfície e uma escavação de cerca de 9 m², provêm, atendendo à reduzida dimensão da área escavada, e ao facto da cerâmica ser à superfície muito pouco abundante (Zbyszewski et al., 1981, p. 301), um importante conjunto de vasos, quase integralmente reconstituídos, e de fragmentos cerâmicos.

No entanto, de um número mínimo de 10 recipientes provenientes das recolhas efectuadas no sítio, para o qual se propõe uma única fase de ocupação o que torna a totalidade dos materiais genericamente contemporâneos, apenas 2 possuem decoração cardial.

Neste pequeno lote de fragmentos recuperado no extremo ocidente da Península detecta-se, para além do emprego de uma matriz comum aos primeiros grupos neolíticos do Mediterrâneo ocidental, e ainda que sobre um número reduzido de peças, a representação de alguns motivos que possuem uma filiação directa nas temáticas cardiais da região valenciana, como sejam as figurações antropomorfas patentes em recipientes de Eira Pedrinha e do Almonda, cuja complexidade não pode resultar de fenómenos simples de convergência.

Contudo, a efectiva escassez, ou abundância, de cerâmica cardial no actual território português é dificilmente demonstrada a partir destes números, e será portanto necessário aguardar a identificação e escavação de outros sítios que datem de meados ou dos inícios da 2.^a metade do VI milénio cal BC, nos quais estejam preservados conjuntos de mais ampla dimensão, para caracterizar a personalidade cultural destes grupos neolíticos.

Em 1982, Arnaud referia que dos 200 fragmentos cerâmicos, que podiam ser atribuídos ao Neolítico antigo, 40 possuíam decoração cardial. Hoje, o número de fragmentos é superior, a sua quantificação menos imediata, mas de acordo com os dados publicados a percentagem desta decoração parece manter-se em torno dos 20%.

As excepções estão registadas em contextos de gruta que foram utilizadas, mesmo que não exclusivamente, como lugares de enterramento, e o significado desta diferença entre contextos habitacionais e necrópoles é uma questão que será adiante discutida.

Embora o pequeno número de fragmentos não aconselhe generalizações, se as percentagens obtidas são representativas de um universo ainda não recuperado é nítida a diferença com os supostos lugares de origem na fachada mediterrânea da Península Ibérica, onde a cerâmica cardial, atinge, no mesmo patamar cronológico, valores que oscilam entre os 30% e os 60% (Bernabeu Aubán, 1989, p. 114, 2002, p. 217, 223; Manen, 2002, p. 133).

Acrescente-se ainda que, e apesar de várias vezes referida a semelhança estilística entre alguns materiais da Figueira da Foz e da Cabranosa com os recipientes do cardial valenciano, nomeadamente ao nível do “barroquismo” das decorações, foi recentemente proclamada a diferença entre os estilos decorativos presentes na fachada mediterrânea e atlântica da península (Bernabeu Aubán, p. 97 in Carvalho, 2003b).

Dada a contemporaneidade dos sítios do território português face às ocupações do Levante espanhol, pode questionar-se se a pequena percentagem de cerâmica cardial é, em Portugal, uma consequência das características arqueográficas do registo, que trunca uma personalidade cardial que se estende até ao limite do Portugal mediterrâneo, ou se esse valor reflecte características culturais destes colonos, colocando importantes questões acerca das origens, dos trajectos, e das modalidades de adaptação perante os diferentes cenários culturais com que estes grupos se depararam.

Esta diferença, que o modelo démico não tem discutido, não se esgota no campo dos materiais cerâmicos, mas detecta-se também ao nível das indústrias de pedra lascada.

As indústrias de pedra lascada

A partir dos trabalhos desenvolvidos por Juan-Cabanilles (1984, 1985, 1990), e por este autor com Fortea Pérez e Martí Oliver (1987), as principais características das indústrias de pedra lascada dos grupos cardiais da região valenciana ficaram bem definidas, e constituem um argumento determinante na lógica do modelo dual, uma vez que se detecta, no Neolítico antigo da região, uma ruptura evidente no campo técnico e tipológico com as indústrias epipaleolíticas locais.

A indústria de pedra lascada dos grupos cardiais é uma indústria sobre sílex, que visa a produção de suportes laminares, intencionalmente segmentados por flexão, com um importante grupo de elementos de foice, e com uma componente geométrica dominada pelos trapézios. Os utensílios de fundo comum são raros, e a técnica do micro-buril não está documentada.

A partir da análise do Quadro 57 detectam-se algumas diferenças entre as indústrias cardiais da região valenciana e as indústrias dos sítios da Estremadura portuguesa, no que toca ao tipo de suporte preferencialmente debitado: lâminas nos sítios mediterrâneos, lamelas nos contextos atlânticos.

QUADRO 57

Quadro comparativo das indústrias líticas (principais características)

Neolítico cardinal (região Valenciana)	Neolítico da Estremadura portuguesa	Neolítico - sítio da Cabranosa
(Juan-Cabanilles, 1984, 1985, 1990)	(Carvalho, 1998 a)	(Cardoso et al., 1998; Carvalho, 2002)
Tecnologia básica:	Tecnologia básica:	Tecnologia básica:
sílex	sílex	sílex
suportes laminares	suportes lamelares	lascas
Tecnologia específica:	Tecnologia específica:	Tecnologia específica:
fragmentação por flexão	fragmentação por flexão	?
ausência de micro-buril	ausência de micro-buril	ausência de micro-buril
retoque marginal simples e retoque abrupto	retoque marginal simples e retoque abrupto	retoque marginal simples e retoque abrupto
retoque em duplo bisel	ausente o retoque em duplo bisel	ausente o retoque em duplo bisel
ausência da técnica de buril	ausência da técnica de buril	ausência da técnica de buril
tratamento térmico	tratamento térmico	tratamento térmico
Tipologia:	Tipologia:	Tipologia:
escassez de utensílios do fundo comum	escassez de utensílios do fundo comum	escassez de utensílios do fundo comum
geométricos – forte componente trapezoidal	geométricos – presença quase exclusiva de segmentos	ausência de geométricos
aparecimento dos taladros	aparecimento dos taladros	aparecimento dos taladros
importância da utensilagem não retocada	importância da utensilagem não retocada	?
Funcionalidade:	Funcionalidade:	Funcionalidade:
importância dos elementos de foice	importância dos elementos de foice	importância dos elementos de foice

No campo da utensilagem retocada, os trapézios são, nos contextos levantinos, os geométricos mais abundantes, e nos sítios estremenhos, os segmentos, ainda que raros, dominam, ou são mesmo o único tipo presente nos conjuntos recuperados.

Ainda que numa perspectiva global sejam evidentes as afinidades tecno-tipológicas entre ambos os sistemas, a presença, nos contextos estremenhos, de uma importante componente lamelar e de segmentos parece estabelecer uma continuidade com as tradições mesolíticas locais, que não deviam estar representadas nos conjuntos artefactuais de grupos exógenos.

A indústria lítica do sítio da Cabranosa, que constitui uma das colecções mais numerosas do Neolítico antigo em território português, apresenta um conjunto de características que a distanciam quer dos grupos cardiais levantinos, quer dos grupos neolíticos da Estremadura, mas que a afastam, também, das indústrias do Mesolítico final conhecidas no Sul de Portugal.

Não se encontra uma imediata explicação para o peso das lascas entre os produtos debitados, e para a total ausência de armaduras. Uma causa de carácter exclusivamente funcional não parece defensável. A tratar-se de um sítio de ocupação permanente de um grupo agropastoril, como foi recentemente defendido (Cardoso et al., 1998; Cardoso e Carvalho, 2003), não se justifica a inexistência, ou escassez, de instrumental relacionado com actividades de caça e de recolheção/ceifa de produtos vegetais.

Se a leitura do quadro permite identificar óbvias semelhanças ao nível das modalidades de debitage da pedra entre estes grupos, uma análise do mesmo demonstra também que, apesar das evidentes afinidades com os círculos culturais do Mediterrâneo ocidental, os conjuntos artefactuais manipulados pelos primeiros grupos neolíticos do actual território português não são uma reprodução das realidades aí detectadas.

A análise conjunta dos sistemas decorativos dos recipientes cerâmicos, que não se enquadram na definição estrita dos sistemas cardiais clássicos, e da indústria da pedra lascada permite rever as modalidades de difusão démica e de criação de uma paisagem cultural dual.

A crítica das fontes

De acordo com estes dados, a “realidade” histórica parece integrar um número maior de circunstâncias do que as previstas em algumas leituras difusionistas, que tendem a subvalorizar os elementos que ultrapassem realidades duais, e a considerar como anomalias tafonómicas toda a evidência que não reforce a coerência interna do modelo.

No espaço português, é atribuído ao sítio algarvio do Padrão I o estatuto de ocupação cardial (Zilhão, 2000, fig. 6.3-B), a partir das datas, obtidas sobre conchas, que colocam esta ocupação em meados do VI milénio cal BC, apesar de nesta estação terem sido recuperados apenas 3 fragmentos de cerâmica cardial, num conjunto dominado por recipientes com decorações impressas e plásticas (M. Varela Gomes, inf. pess.).

No entanto, a estilística dos materiais cerâmicos é um argumento determinante na re-interpretação da tafonomia de Vale Pincel I, e na re-classificação deste sítio como estação mesolítica, datada de meados do VI milénio cal BC, reocupada num fase Epicardial, à qual pertenceriam as cerâmicas impressas e plásticas recolhidas no povoado (Zilhão, 1998, p. 37).

Na interpretação crono-cultural de Padrão I, os critérios tipológicos não foram decisivos, e a antiguidade das datas parece o elemento determinante na classificação do sítio como enclave cardial, ao contrário, em Vale Pincel I, os paralelos artefactuais foram determinantes para considerar o sítio como um palimpsesto de diferentes ocupações e atribuir a reocupação do sítio a um momento específico da diacronia neolítica. Nesta última jazida, a pequena percentagem de cerâmica cardial remete o conjunto para uma etapa tardia do processo de neolitização.

Em suma

A sintética análise da evidência empírica disponível para os inícios da neolitização no actual território português, atrás realizada, permite verificar a existência de planos de incon-

formidade entre os principais modelos teóricos produzidos para justificar este processo e a base de dados existente.

Detecta-se na construção dos modelos de neolitização de pendor indigenista, a intervenção de outras condicionantes que não as estritamente decorrentes dos dados arqueológicos e que, de alguma forma, implicam, com base em pressupostos teórico/metodológicos, mas também políticos, uma rejeição apriorística de determinados mecanismos de mudança cultural.

A defesa de modelos de tipo percolativo foi levada a cabo, sobretudo na década de 70 e 80 do passado século, pela primeira geração de “novos arqueólogos” que, rejeitando explicitamente o aparelho conceptual do histórico-culturalismo, abalado pela queda do mito *Ex oriente lux*, procurava, na dinâmica interna dos grupos, as causas da mudança cultural.

Esta substituição de paradigma científico coincide, em Portugal, com uma ruptura política e com a implantação do sistema democrático, onde a questão colonial possuía um papel fulcral. Daí a quase ontológica impossibilidade de aplicar a cenários pré-históricos os conceitos de colónia ou colono, então conectados com um velho regime político e epistemológico, que veementemente se condenava. O indigenismo é, na segunda metade do século XX, como foi na primeira o difusionismo, mais do que ou para além de uma questão empírica, uma atitude política.

Se um óbice central a apontar aos modelos indigenistas deriva exactamente do pré-conceito partilhado por estes autores que condiciona, à partida, a observação da realidade empírica, a excessiva organização cronológica e cultural subjacente a alguns esquemas difusionistas parece falir perante a diversidade dos casos detectados no registo, que pouco se coadunam com uma História linear e dual.

E porque em função do exposto, partes substantivas do registo não parecem eficazmente explanadas em qualquer dos modelos disponíveis para justificar a neolitização do actual território português procurou-se, ao contrário do arqueólogo de Boris Vian, não forçar o objecto a encaixar em recipientes já feitos, mas criar, para estes dados, outros contentores.

9.4. Uma leitura alternativa

Considera-se, portanto que os quadros explicativos, atrás apresentados, tal como estão construídos ou, mais exactamente, tal como foram transportados e aplicados sobre o território actualmente português não explanam de forma eficaz as especificidades dos dados e a multiplicidade de registos detectada.

Sendo evidente que, como em outras regiões da Europa, “Ces modèles posent par conséquent de très sérieux problèmes lorsqu’il s’agit d’opérer un retour de l’interprétation aux fait archéologiques” (Gallay, 1994, p. 585), no actual território português, a evidência empírica parece apontar para a presença de um fenómeno de neolitização mais complexo do que o admitido por estes macro-modelos, e para uma co-participação no processo de “colonos” e de “indígenas”, que não tem sido, em alguns casos, enfatizada.

É possível pensar, e testar, uma leitura alternativa que retém, num plano estrutural, do modelo démica a escala ampla de observação do fenómeno de neolitização, e do modelo percolativo o reconhecimento da possibilidade como parte integrante da acção dos grupos humanos na História.

O crescimento, em Portugal, da base de dados acerca desta dinâmica demonstra de forma inequívoca que no âmbito da transformação estrutural, associada ao desaparecimento de sistemas de caçadores-recolectores e ao aparecimento, e posterior domínio, de sistemas de produtores de alimentos estão presentes diferentes modalidades de passagem, e que o

fenómeno de neolitização é, a uma escala intermédia de observação, multilinear e resultado de diferentes mecanismos históricos.

Seleccionou-se, em busca de interpretações alternativas deste processo, o Sul do actual território português enquanto espaço privilegiado de análise — ainda que os dados do interior Centro e do Norte sejam decisivos numa leitura ampla das problemáticas da neolitização do espaço peninsular, que não se esgota nas fachadas litorais — e os componentes da cultura material enquanto elementos fundamentais na definição da personalidade cultural dos grupos envolvidos.

Os dados do problema

Os meados do VI milénio cal BC

Retoma-se, aqui, a discussão a partir dos dados empíricos. No registo arqueológico, disponível para o período compreendido entre os meados do VI e o primeiro quartel/meados do V milénios cal BC, encontramos um conjunto diversificado de ocupações que, classificadas a partir de uma combinatória de critérios paleo-económicos e artefactuais, demonstram a existência simultânea, na fase mais recuada deste período, de:

- grupos de caçadores-recolectores que não integram qualquer elemento neolítico (Moita do Sebastião, Cabeço da Arruda, Poças de S. Bento, Samouqueira I, Vidigal, Fiais, entre outros);
- grupos de caçadores-recolectores cuja escassa cerâmica é o único elemento “neolitizante” (Amoreiras, Cabeço do Pez (?), Samouqueira II (?), Medo Tojeiro (?), Vale Santo I, Alcantarilha, entre outros);
- grupos de caçadores-recolectores em processo de aculturação *in situ* (Prazo, Forno da Cal (?));
- grupos de produtores de alimentos que ocupam nichos ecológicos diferenciados, e que manipulam artefactos neolíticos de origem mediterrânea (Cabranosa, Várzea e Vale do Lírio, Junqueira, Almonda, Eira Pedrinha, Caldeirão, Abrigo da Pena d’Água, entre outros).

A análise dos dados provenientes dos contextos indígenas parece demonstrar que as respostas dadas pelos caçadores-recolectores locais perante o processo revolucionário em curso não são uniformes, e torna-se claro o número excessivo de sítios problemáticos, e a diminuta informação disponível para os paradigmáticos.

As características ecológicas das áreas de implantação parecem, como em outros territórios europeus, possuir um papel de relevo, e a riqueza natural dos territórios explorados deve ter funcionado como um entrave à neolitização destes grupos (Gallay, 1994, p. 579).

No entanto, a rejeição ou a adesão integral ou selectiva, de comportamentos, técnicas, artefactos ou recursos é também um resultado de particulares condicionalismos sociais, difíceis de justificar em Pré-história, porque remetem para o plano menos tangível da personalidade de grupo.

A frequência de contextos de caçadores-recolectores que não apresentam qualquer elemento de neolitização tem conduzido diferentes autores a negar, ou a considerar pouco frequentes, os contactos entre estes distintos sistemas tecno-económicos (Gallay, 1994, p. 586; Binder, 2000, p. 136; Martí Oliver e Juan-Cabanilles, 1997, p. 219; Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002, p. 60). Esse apartamento cultural é também defendido para o Sul de Portugal, por J. Zilhão (1992, 1998, 2000). Para este investigador, depois da implantação de comuni-

dades neolíticas por volta de 5500 cal BC, e ainda que exista uma etapa de sombra entre 5250 e 5000 cal BC, só a partir deste último patamar são considerados efectivos os contactos entre ambos os grupos, registados no concheiro sadino das Amoreiras (Zilhão, 1998).

De acordo com este esquema não existiria, portanto, no Sul de Portugal qualquer ocupação que pudesse ser equiparada a Cocina III.

Se o processo de neolitização não parece ter provocado reacções significativas nos contextos mesolíticos, contrariando a lógica dos modelos indigenistas, deve ser re-analisada a informação proveniente daqueles que se consideram, a partir de datações absolutas e/ou de características tipológicas, os mais antigos contextos neolíticos.

No Sul de Portugal, e dado que os caçadores-recolectores, enquanto sistema cultural, não parecem particularmente envolvidos neste processo, e que os componentes do pacote neolítico não se detectam sobre sítios e sequências mesolíticas, admite-se que a difusão démica constitui o argumento mais provável para explicar o aparecimento de elementos exógenos.

Os múltiplos campos de ruptura que se detectam, de forma sincrónica, no plano artefactual, económico e simbólico parecem ser, na costa atlântica, como em outras áreas do Mediterrâneo ocidental, uma consequência da movimentação de grupos humanos, sobre um cenário ecológico-ambiental que reconhecem.

Mas, no Sul do actual território português, estes grupos possuem, ao contrário do que prevê a estrutura dos modelos difusionistas, uma dupla personalidade, uma vez que apresentam traços culturais com diferentes origens.

Numa lógica mediterrânea, estas comunidades integram-se cronologicamente na esfera “cardial”, assemelhando-se, no entanto, artefactualmente a horizontes “epicardiais”, sobretudo quando se observa a informação proveniente de contextos habitacionais.

Interessa, portanto, debater o significado deste último conceito criado para definir os níveis estratigráficos que se sobrepunham a ocupações cardiais, onde a percentagem dessa técnica decorativa perdia valor numérico, e que possuía, na origem, um inequívoco significado temporal.

Neste momento, Epicardial é um rótulo aplicado, como um verniz (Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002), a realidades, cronológica e culturalmente, muito diferenciadas e utiliza-se quer para designar grupos pós-cardiais, quer para identificar grupos genericamente sincrónicos dos primeiros produtores, mas que utilizam outros sistemas decorativos, onde a impressão de concha de berbigão não constitui uma norma recorrente.

A contemporaneidade entre grupos cardiais e epicardiais, conservando-se uma maior antiguidade dos primeiros, está demonstrada no Sul de França, e no espaço peninsular (Willigen, 1999; Manen, 2002; Juan-Cabanilles e Martí Oliver, 2002), e a participação do substrato indígena nesse outro Neolítico antigo tem sido a justificação avançada para explicar as diferenças detectadas entre ocupações genericamente sincrónicas (Bernabeu Aubán, 2002).

Estes grupos não podem, portanto, ser interpretados apenas enquanto realidades sequenciais, e a diversidade cultural não se justifica num plano exclusivamente diacrónico.

Perante este quadro, e tendo presente as características específicas do pacote artefactual manipulado pelos primeiros grupos neolíticos no extremo ocidente peninsular, admite-se que a difusão démica não gerou necessária e unicamente cenários de dualidade cultural e espacial, com um prolongado isolamento entre grupos neolíticos e grupos mesolíticos.

A natureza arqueográfica, e não histórica, da dualidade espacial parece o ponto de mais óbvia demonstração. Se algumas áreas, de acordo com a informação disponível, parecem apresentar-se como “zonas exclusivas” de caçadores-recolectores, nomeadamente os estuários do Tejo, do Sado e do Mira, ou de produtores, como o interior do Maciço Calcáreo estremenho, outras regiões como o Baixo Mondego e o extremo ocidente da Costa Algarvia terão funcionado como “territórios partilhados”.

Ainda que a proximidade espacial não signifique por si só proximidade cronológica, a progressiva ampliação das cartas de povoamento do Mesolítico final e do Neolítico antigo tenderá, seguramente, a demonstrar a existência de cruzamentos territoriais entre comunidades com diferentes sistemas culturais.

Situações, hoje ainda pontuais, como a detectada no Baixo Mondego, com ocupação mesolítica atestada na Buraca Grande, no Forno da Cal e eventualmente em Santa Olaia (Guerra e Ferreira, 1972), cujos materiais encontram imediatos paralelos nos concheiros do vale do Tejo, e habitats neolíticos como os identificados na Várzea do Lírio e Junqueira, tornar-se-ão frequentes.

Este cenário antropológico pode ser uma consequência da diferente intensidade dos fenómenos de aculturação passiva, que no Sul, parecem, de acordo com a informação disponível, os mecanismos fundamentais da neolitização deste espaço.

Os intercâmbios entre ambos os grupos não seriam, portanto, inexistentes, mas reflectem-se com maior expressividade no sistema material dos grupos forâneos.

Por isso, as comunidades de caçadores-recolectores, apresentando um maior grau de conservadorismo cultural nas suas áreas de ocupação tradicional, terão contribuído de forma activa na construção do Neolítico no Sul do actual território português, e para a sua diferenciação face a outros Neolíticos do Mediterrâneo ocidental.

Como, recentemente, referiu A. Valera, a questão não se esgota na identificação dos pontos de partida, mas também nas condições dos “ (...) contextos de chegada” (Valera, 2002).

Como em outras áreas do espaço europeu, a incorporação da informação indígena nos grupos neolíticos deve ter contribuído para o processo de mapeamento perceptivo, que subjaz ao estabelecimento dos grupos agrícolas (Bogucki, 1997, 2000, p. 212), com o que, nas palavras dramáticas de R. Tringham, os caçadores-recolectores teriam “ (...) sowing the seeds of their own destruction” (2000, p. 53).

Esta fase inicial de contactos dilui, como é notório no registo material, o efeito de dualidade cultural e torna a realidade multilinear, dadas as diferentes modalidades de interacção estabelecidas entre grupos mesolíticos e grupos neolíticos.

Realidades como as identificadas em Vale Pincel, cujos intervalos de tempo não poderão estar, como outros, afectados pelo efeito de madeira antiga (Soares e Silva, 2003, p. 54), em alguns concheiros da Costa Sudoeste, ou nos concheiros da Costa Algarvia, podem ser um reflexo desse contacto inicial e não traduzir, necessária e exclusivamente, posteriores reocupações desses sítios.

Vale Pincel I podia, assim, ser equiparável a um contexto tipo Cocina III, e traduzir a existência, no extremo Ocidente, de grupos de caçadores-recolectores em processo de neolitização *in situ*. O que não impede e pode, antes, indirectamente confirmar que em áreas, mais ou menos, próximas terão entrado em cena “colonos” neolíticos.

Ainda que seja discutível a fiabilidade estratigráfica de algumas associações artefactuais, datadas de meados e da 2.^a metade do VI milénio cal BC, é de prever que venham a ser recuperadas cerâmicas, e eventualmente alguns animais domésticos, em ocupações mesolíticas desta fase.

No entanto, a tipologia e a estilística dos materiais cerâmicos provenientes de contextos de caçadores-recolectores podem apresentar, dado o efeito de “filtro cultural”, características distintas das observadas nos sítios neolíticos que lhes são contemporâneos.

Sobre um cenário previamente ocupado, a entrada em cena de novos protagonistas dá origem a distintas acções, e reacções, por parte dos diferentes intervenientes, mas os casos de absoluto, e prolongado, isolamento cultural são, na História, pouco frequentes e “ (...) it would be difficult to admit that there was no contacts between them” (Bernabeu Aubán, 2002, p. 230).

A miscigenação de diferentes sistemas culturais, detectada na Valada do Mato, não deve, assim, ser vista enquanto um fenómeno súbito e “explosivo” da transição do VI para o V milénio, mas reflectir comportamentos desenvolvidos desde uma fase inicial do processo.

A existência no primeiro quartel do V milénio cal BC de um horizonte de miscigenação cultural, como o definido no sítio alentejano, parece confirmar que a par de pólos de maior conservadorismo cultural, a interacção entre diferentes grupos deve preceder, e assumir contornos distintos dos detectados no concheiro das Amoreiras, onde a presença de escassos fragmentos cerâmicos constitui o único elemento de neolitização.

O quadro social admitido para um contacto de culturas como o que gera o Menino do Lapedo constitui, neste caso, uma excelente metáfora. Como defenderam J. Zilhão e E. Trinkaus (2002, p. 254): “(...) we argued that the only possible explanation for the anatomical mosaic (...) is that, at least in the western periphery of the peninsula, the dispersal of early modern Europeans into Iberia involved extensive biological admixture with local Neandertals (...)”.

Traduza-se o texto, e substitua-se, para o adequar ao processo de neolitização em análise, “anatomical” por “cultural”, “early modern Europeans” por “sistemas produtores”, e “Neandertals” por “caçadores-recolectores”.

Permanece, no entanto, em aberto a questão da aparente invisibilidade arqueológica dos habitats dos grupos pioneiros, que pode ter diferentes causas. A explicação mais económica assenta em argumentos de natureza arqueográfica, defendendo-se que a identificação destes sítios depende apenas do desenrolar da investigação. Pode admitir-se ainda, numa lógica de equilíbrio pontuado, que o período de tempo que antecede os primeiros contactos terá sido breve, e que as ocupações pioneiras têm, portanto, escassa probabilidade de sobreviver no registo arqueológico.

Outro tipo de justificações, que pode explicar a “invisibilidade dos pioneiros”, envolve variáveis associadas a mecanismos sociais que geram a difusão, e que são de menos óbvia demonstração.

Os processos de expansão démica, como os que estão na origem de alguns processos de neolitização, são levados a cabo por grupos que pretendem reproduzir nas áreas de chegada o sistema cultural dos pontos de partida, mas também por comunidades que com maior rapidez integram elementos locais, e diluem a sua norma cultural.

E, no caso do extremo ocidente peninsular, parece detectar-se, neste ponto, um cenário dual quando se confrontam os dados provenientes de sítios residenciais e os obtidos em necrópoles. O peso que a cerâmica cardial possui em contextos funerários, como é o caso das grutas de Eira Pedrinha ou do Almonda, não se detecta nos sítios de habitat neolíticos que se consideram contemporâneos (Quadro 56).

Se a cerâmica cardial do Escoural foi introduzida nesta gruta alentejana como espólio funerário, e se a simplicidade do padrão desenhado com concha permite integrá-la numa etapa tardia do Neolítico antigo, eventualmente contemporânea da ocupação da Valada do Mato, estaria aqui confirmada a sobrevivência no tempo de um ritual introduzido pelos primeiros produtores, que inclui a tumulação em gruta, e a deposição junto ao morto de um tipo de cerâmica, que nos contextos domésticos, é residual.

Esta dicotomia pode reflectir um maior conservadorismo cultural no campo das práticas relacionadas com a morte, e com um universo simbólico, onde a mudança de comportamentos tende a ser menos dinâmica, e uma maior abertura, em ambientes domésticos, a alterações à regra dominante.

A confirmar-se esta hipótese, para o que seria decisivo conhecer as necrópoles e os rituais de enterramentos dos primeiros grupos neolíticos do Sul do território, podia admitir-se uma quase imediata diluição, por aculturação passiva[?], da personalidade cultural dos grupos pioneiros. Esta renegociação dos padrões de cultura pode justificar a “originalidade” das primeiras comunidades neolíticas, no extremo ocidente peninsular, que não se assemelhando aos grupos mesolíticos que ocupavam a região não são também reproduções dos grupos cardiais da fachada mediterrânea peninsular.

O final do VI/primeiro quartel do V milénios cal BC

As datações absolutas obtidas para os sítios do Neolítico antigo, no actual território português, parecem concentrar-se em torno de dois momentos distintos. Um primeiro, que inclui os contextos com datas antigas dos meados e dos inícios da segunda metade do VI milénio, e um segundo, onde se agrupam as ocupações datadas de finais do VI/primeiro quartel do V milénios cal BC.

Quando analisado o registo disponível para este último intervalo de tempo, acentua-se o efeito de mosaico cultural que se detecta desde a fase de arranque do processo de neolitização.

Num cenário que integra elementos transregionais, tornam-se mais nítidas, no plano artefactual, algumas diferenças entre os grupos estabelecidos no Sul do território e, ao que tudo indica, entram em cena novos actores, por outras vias que não a fachada costeira.

A multiplicidade de situações identificadas é uma consequência da especificidade dos ritmos, das vias, e das modalidades de neolitização que não são uniformes e sincopadas. A natureza aleatória deste processo tem sido, por isso, várias vezes referida (Jorge, 1999; Sanches, 2003).

No entanto, esta diversidade que resulta da identificação de semelhanças e diferenças passa, mais uma vez, pela dimensão, e natureza, da malha do crivo utilizado. É, no limite, possível reduzir a uma dualidade elementar os grupos humanos que ocupam o território ao longo desta etapa, classificando-os de acordo com as estratégias de obtenção de recursos.

Nos inícios do V milénio, existiriam, fundamentalmente, grupos neolíticos que praticavam uma economia mista, onde não é possível quantificar o peso das diferentes componentes, e residuais grupos “epimesolíticos”, que conservavam uma economia exclusivamente predatória.

Este critério, eficaz a uma escala ampla de observação, torna, num plano intermédio, artificialmente idênticas realidades culturalmente diferenciadas, e cuja existência constitui o reflexo arqueográfico dos diferentes mecanismos sociais que caracterizam o processo de neolitização.

Ao longo desta etapa, registam-se as últimas ocupações de caçadores-recolectores estabelecidos nos seus territórios tradicionais, e a presença, em alguns dos concheiros formados durante este período, de escassos fragmentos cerâmicos, é o único elemento neolítico presente nestes contextos. Entre os abundantes restos faunísticos recuperados, por exemplo, no concheiro das Amoreiras não existem animais domésticos.

Os grandes depósitos conquíferos, formados ao longo do Atlântico, são abandonados sem que se detectem vestígios de qualquer processo de aculturação activa.

Não são ainda evidentes as causas que ditaram a falência das estratégias económicas de amplo espectro. A partir de meados do V milénio, os sítios que apresentam exclusivamente sinais de uma economia predatória são, por norma, interpretados como ocupações de curta duração de natureza logística, e integradas em redes de povoamento que incluem áreas de produção.

Sem que possam ser invocadas alterações ambientais que a possam justificar, é de admitir que o contacto entre sistemas culturais de desigual potencial demográfico, e de diferente capacidade tecnológica, conduza a uma “natural” absorção, dos outros grupos por parte do sistema de maior complexidade social.

Entre as comunidades neolíticas acentua-se, neste etapa, a diversidade cultural. Quando se observa o registo datado de finais do VI/primeiro quartel do V milénios cal BC, reconhece-se a presença, espacialmente descontínua, no território português, de:

A)

Grupos, sem traços ou com muito escassa cerâmica cardial, que ocupam, na Estremadura portuguesa, os territórios anteriormente explorados por populações onde a decoração cardial já não era um padrão recorrente, e onde não se detectam rupturas evidentes no campo técnico-tipológico com os anteriores sistemas neolíticos de talhe da pedra.

Nesta área, em que se registaram as mais elevadas percentagens de cerâmica cardial, na fase de arranque da neolitização, esta técnica está virtualmente ausente dos contextos datados dos inícios do V milénio, e não integra os espólios recuperados em S. Pedro de Canaferrim, na pedreira das Salemas, ou no horizonte NAI, da gruta do Caldeirão.

Entre estes grupos, as cerâmicas impressas, ao contrário do que admitia J. Guilaine, ocupam ainda um lugar de destaque, inclusivamente no sítio da Furninha (Diniz, 1994), e parecem recorrentes os motivos em espiga, as faixas incisadas preenchidas por impressões ou incisões, e muito frequentes as asas bífidas ou em cabeça de suíno, amplamente documentados em sítios como S. Pedro de Canaferrim e Abrigo I de Bocas (Gonçalves et al., 1987; Carreira, 1994).

Uma relativa continuidade espacial, a perduração detectada ao nível da indústria lítica, e algumas datações absolutas, têm permitido interpretar estes conjuntos como uma sequência, mais ou menos linear, das primeiras ocupações neolíticas documentadas nesta região.

No entanto, estes diferentes horizontes, em sequência estratigráfica, estão apenas documentados na gruta do Caldeirão e no Abrigo da Pena d'Água, a partir de conjuntos cerâmicos de muito reduzida dimensão.

Tal como se verificava com as ocupações neolíticas da fase anterior, parte substantiva destes sítios corresponde a implantações *ex novo*.

As escassas evidências de continuidade, nos lugares de habitat, pode estar associada a contingências pedológicas que determinam a procura de novos territórios, por esgotamento dos anteriores. Os condicionamentos ecológicos podem neste campo condicionar os ritmos do povoamento. Se "(...) the rich soils of the central European floodplains can sustain crop yields almost indefinitely" (Bogucki, 2000, p. 213), alguns solos menos férteis da Europa mediterrânea e do Sul da Europa atlântica apresentam sérias limitações a uma continuada exploração agrícola.

Estes grupos praticaram uma economia mista, onde a caça e a pastorícia estão directamente atestadas. Apesar de não terem sido recuperadas, até ao momento, evidências directas de práticas agrícolas esta actividade fazia, seguramente, parte integrante das modalidades de exploração do território. As escavações que, neste momento, se realizam no povoado ao ar livre das Lameiras, Sintra, onde têm sido recuperada abundante matéria orgânica poderão, num futuro próximo, dar um decisivo contributo para esta questão (T. Simões, inf. pess.).

Se a fase de arranque destes grupos "epicardiais" não está ainda perfeitamente definida, a sua existência prolonga-se até ao primeiro quartel do V milénio cal BC.

B)

Grupos com escassa cerâmica cardial que se estabelecem em áreas anteriormente desertas, ou debilmente ocupadas por caçadores-recolectores, e que no campo da indústria lítica apresentam maiores afinidades com os esquemas técnico-tipológicos dos grupos mesolíticos. Entre estes grupos, as cerâmicas impressas ocupam um lugar de destaque, mas os padrões e motivos decorativos não se assemelham aos detectados na Estremadura portuguesa. Actualmente, o sítio da Valada do Mato representa o exemplo mais documentado desta situação, onde foi possível, a partir de um conjunto numeroso de materiais cerâmicos, isolar regras decorativas.

Os motivos que caracterizam os conjuntos estremenhos, como as espigas, a “falsa folha de acácia” segundo Veiga Ferreira, e as faixas incisivas preenchidas por curtos traços oblíquos, estão presentes no povoado alentejano, mas possuem uma importância muito reduzida face aos esquemas dominantes, a impressão de diferentes matrizes em banda larga, e as sequências de linhas incisivas ou de caneluras, em ambos os casos paralelas ao bordo.

Os sistemas decorativos da Valada do Mato apresentam algumas técnicas e padrões que estão amplamente documentadas nos conjuntos artefactuais do “Neolítico interior”, de regiões limítrofes (Cerrillo Cuenca, 1999).

Ainda que, até ao momento, não tenham sido recuperadas, na Valada do Mato, as asas duplas, detectada a aplicação de almagre, ou identificadas formas ovóides de fundo cónico espessado, as sequências de caneluras, a relativa frequência da técnica de “punto y raya”, e mesmo a bracelete fina de anfibolito, possuem evidentes paralelos nos sítios da Estremadura espanhola ou da Andaluzia ocidental.

A data de Los Barruecos (Cerrillo Cuenca et al., 2002), permite reposicionar este horizonte, estratigraficamente definido no Cerro de la Horca (González Cordero et al., 1988), mas para o qual não se possuíam indicadores cronométricos.

Estes conjuntos não são, pelo menos na sua totalidade tardoneolíticos, e como em outras áreas do interior peninsular, esta neolitização, ainda insuficientemente caracterizada, remonta aos finais do VI/inícios do V milénios cal BC.

Os espólios destes grupos parecem, assim, o resultado de múltiplas influências com diferentes origens espaciais e culturais. A presença, na Valada do Mato, do pequeno fragmento cerâmico onde se conserva parte de uma figura antropomorfa e de uma estatueta em cerâmica, remete para outros círculos da fachada mediterrânea, onde estas representações estão bem documentadas.

O desconhecimento de um substrato populacional anterior sugere uma efectiva colonização destes territórios por parte de comunidades que praticam uma economia mista que terá permitido ocupações continuadas em ecossistemas continentais.

A partir do intervalo de tempo proveniente da Valada do Mato, estes grupos remontam senão a uma etapa anterior, pelos menos aos finais do VI/ primeiro quartel do V milénios cal BC, portanto contemporâneos dos grupos estremenhos.

C)

Grupos cuja cerâmica remete, morfológica e estilisticamente, para o espaço andaluz. Os materiais recolhidos no Buraco da Moura de São Romão e no Penedo da Penha 1, no Alto Mondego, são, neste sentido, esclarecedores.

A. Valera, defendendo um processo de neolitização assente sobretudo em mecanismos percolativos e de aculturação, reconhece que “(...) a especificidade dos contextos de BMSR e PPI pode sugerir a entrada de população exógena (...)” (Valera, 2002, no prelo). A indústria lítica destes grupos, ainda que conhecida a partir de um número diminuto de peças, apresenta claras afinidades com a dos grupos do Sul quer ao nível da matéria-prima preferencialmente utilizada, o sílex, quer ao nível dos procedimentos técnicos, debitagem por pressão, dos objectivos do talhe, produtos lamelares, e da tipologia, lamelas com traços de utilização ou retoque marginal e crescentes, obtidos pela técnica do micro-buril, e uma escassa representatividade dos utensílios de fundo comum (Valera, 1998, p. 135).

A partir da datação absoluta obtida para a Quinta da Assentada, um contexto que deve ser posterior à fase de arranque do processo de neolitização da área, estes grupos, do BMSR e PPI, são posicionados na segunda metade do VI milénio cal BC (Valera, 2002).

C 1)

Grupos insuficientemente caracterizados, numa perspectiva artefactual, mas onde as influências meridionais são, sobretudo ao nível da estilística cerâmica, evidentes. Estão nestas circunstâncias, a ocupação registada no Buraco da Pala, de onde provêm os mais antigos testemunhos directos de práticas agrícolas (Sanches, 1997), e no sítio do Prazo (Monteiro-Rodrigues, 1999), onde parece atestado um fenómeno de aculturação activa, ou de “assimilação” (Bernabeu Aubán, 2002, p. 212), de elementos neolíticos por parte de caçadores-recolectores locais.

Em suma, esta fase, caracterizada por uma maior densidade de povoamento e onde estão documentadas, como na etapa anterior, quer ocupações em gruta/abrigo quer ocupações ao ar livre, pode ser uma consequência do crescimento demográfico permitido, ou requerido, pelas novas práticas económicas, associado ao aumento da fertilidade detectado entre as populações neolíticas (Jackes et al., 1997; Bocquet-Appel e Miguel Ibáñez, 2002).

E os dados que, nos últimos anos, têm vindo a ser publicados acerca da ocupação do interior ibérico (Cerrillo Cuenca et al., 2002; Estremera Portela, 1999; Kunst e Rojo, 1999; Jiménez Guijarro, 1999, 2001), demonstram a antiguidade do processo, ou mais exactamente, dos processos de neolitização destes territórios do interior peninsular, por parte de grupos portadores de cerâmicas incisas e impressas onde são evidentes, apesar da diversidade de rotas e da diferente densidade do substrato indígena, as filiações meridionais.

Se, até ao momento, foram, sobretudo, sublinhadas as diferenças e os elementos que permitem individualizar estes grupos são nítidas, no campo material, as consequências de deslocações e intercâmbios transregionais, associadas à circulação de matérias-primas, como o sílex e as rochas duras, ou de técnicas e padrões decorativos dos recipientes cerâmicos.

Parece desenhar-se um cenário onde a “(...) territoriality tends to build a stylistic variation combining the local identity and the dissemination of some traits over wide regions” (Bernabeu Aubán, 2002, p. 210).

No entanto, a definição de áreas de contacto, ou de integração preferencial destas comunidades exige um conjunto amplo de documentação que, na maior parte dos casos, não se encontra reunida.

Ainda que seja, por regra, muito escassa, a informação de natureza paleo-económica parece confirmar este quadro. É de admitir que os meios, e os modos, de produção de alimentos estariam disponíveis, a partir dos inícios do V milénio, na generalidade dos territórios ocupados no espaço peninsular, mas estas economias mistas se mais efectivamente conhecidas apresentariam seguramente diferenças entre si, relacionadas com ecologias específicas, com distintos regimes de ocupação da paisagem, e com diferenciadas densidades populacionais.

Se a escassez de informação acerca dos comportamentos económicos não permite uma mais detalhada caracterização destes grupos, as análises da cultura material manipulada por estas populações permite perceber que, partir de cada sítio, pode ser desenhada uma área restrita de obtenção imediata de recursos, à qual se sobrepõem outros territórios amplos de contornos mais fluidos, os espaços sociais onde o grupo participa, e que não estão condicionados pelo tempo da marcha, ou pela inclinação do terreno.

O movimento, que caracteriza a fase de arranque do processo de neolitização, permanece constante, ao longo de todo o Neolítico antigo, e à medida que, na Península, se amplia a rede de povoamento, o litoral perde o estatuto de único epicentro da mudança.

Os processos de neolitização do Ocidente peninsular geram-se, assim, numa dinâmica dupla, que partindo de elementos de ampla dispersão espacial desenvolve, em simultâneo, uma natureza centrípeta, que se materializa em particularismos e adaptações localizadas.

9.5. A diversidade reencontrada: a neolitização por fusão diferencial

Nas origens do processo de neolitização do espaço ibérico parece claramente demonstrada a existência de movimentações démicas, de origem extra, e intra-peninsular, como propõem os modelos difusionistas, mas o cenário possui, no Extremo Ocidente, uma diversidade que ultrapassa o esquema linear composto por uma etapa inicial de dualidade, seguida de uma homogeneização cultural, que podia ser designada como Epicardial.

Neste ponto, as leituras indigenistas, que sublinham a diversidade e o papel das populações locais de caçadores-recolectores na re-criação destes múltiplos neolíticos, parecem mais adequadas à realidade, mas estas não explicam satisfatoriamente os registos onde, súbita e conjuntamente, surgem componentes tecno-económicos claramente alóctones aos espaços onde são recuperados, e a escassez de evidências relativas a processos de neolitização *in situ* do substrato indígena.

Porque a realidade empírica não parece eficazmente justificada a partir de um modelo, exclusivamente, percolativo, ou unicamente através de um modelo de difusão démica, assente na dualidade cultural propõe-se, em alternativa, acrescentar às modalidades de neolitização que terão ocorrido no extremo ocidente da Península Ibérica, e por consequência no Interior/Sul de Portugal, um modelo que admita fenómenos de Fusão Diferencial, onde após a entrada de elementos exógenos, os diferentes sistemas partilham, em graus variáveis, traços de cultura e funcionam como entidades permeáveis (Fig. 89).

A História assume, portanto, contornos regionais, e a preponderância de um mecanismo social, sobre outros possíveis, não possui um “valor universal”, mas deve ser aferida após a leitura dos dados empíricos.

A existência de múltiplos esquemas de interacção entre grupos culturalmente diferenciados constituiu uma variável necessária, e a resolução gráfica do modelo demonstra a efectiva complexidade dos processos em marcha quando a neolitização é um fenómeno:

- assente numa expansão démica:
 - por via marítima, onde fenómenos de saltação podem dar origem a difusões geograficamente desorganizadas e que não obedecem, necessariamente, a uma lógica de próximo em próximo;
 - por via terrestre, em que grupos com um pacote neolítico não-cardial, percorrem o interior da Península Ibérica
- que decorre numa área onde um substrato populacional prévio, constituído por grupos de caçadores-recolectores, pode ter desempenhado diferentes papeis e cuja intervenção, no processo, não é uniforme.

As consequências arqueográficas deste processo, iniciado em meados do VI milénio cal BC, demonstram a presença simultânea de dinâmicas sociais alternativas, que incluem um espectro amplo de possibilidades, e onde podem estar atestadas situações de:

- ruptura cultural – definidas por ocupações de produtores de alimentos, cujo sistema cultural possui exclusivamente elementos exógenos ao território onde surgem;
- continuidade cultural – definidas por ocupações de caçadores-recolectores, onde não está registado qualquer elemento neolítico;
- contactos incipientes – definidas por ocupações de caçadores-recolectores que incluem pontuais elementos neolíticos;

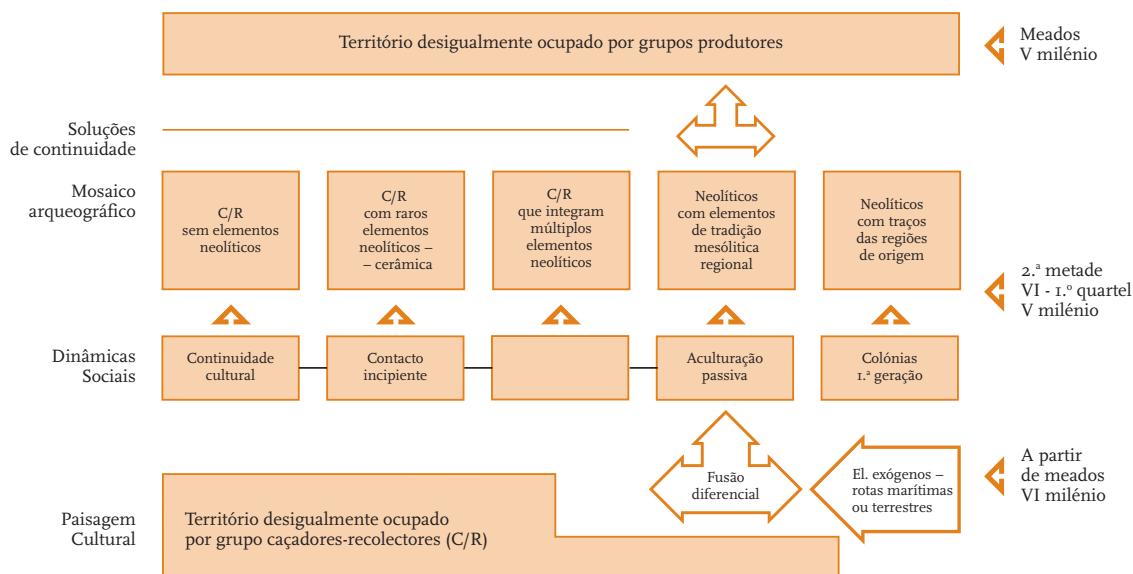


FIG. 89 – Representação gráfica do modelo de neolitização por fusão diferencial.

- aculturação activa – definidas por ocupações de caçadores-recolectores que integram componentes artefactuais e económicos dos sistemas neolíticos, mas onde são evidentes os indicadores de continuidade com momentos anteriores;
- aculturação passiva – definidas por ocupações de produtores de alimentos, diferenciáveis a partir dos sistemas decorativos dos recipientes cerâmicos, e onde se detectam com importância variável traços tecno-tipológicos de tradição mesolítica.

A justaposição destes diferentes registos, que não são necessariamente sequenciais, cria um efeito de mosaico cultural (Arias Cabal et al., 1999, p. 553), constituído por múltiplas entidades que, e ao contrário das peças discretas do mosaico de pedra, estabelecem relações orgânicas entre si. Mais até que a um mosaico, a neolitização da Península assemelha-se a um *puzzle*, que construído a partir dos limites externos — as fachadas litorais — progride para o interior, a partir de peças interconectadas.

De acordo com as datações absolutas disponíveis, e ainda que possam vir a ser introduzidos gradientes cronológicos mais finos, estas realidades parecem ter sido globalmente contemporâneas, e não correspondem a especializações funcionais ou a diferentes regimes logísticos de ocupação dos sítios.

A fronteira porosa que existe entre diferentes organismos sociais admite múltiplas possibilidades de passagem, que só podem ser definidas depois de criticamente analisadas as características da evidência empírica disponível.

Também aqui estaria atestado, como na Europa Central, um “diálogo durável” (Jeunesse, 1999, p. 460), e a múltiplas vezes, entre diferentes sistemas culturais. A competição que possa ter existido entre comunidades de caçadores-recolectores, com indicadores de comportamentos territoriais, e produtores de alimentos, em expansão geográfica, não é evidente no registo, o que sugere uma crescente importância dos fenómenos de aculturação passiva, e uma geometria de difusão das comunidades neolíticas que “contorna” os territórios intensamente ocupados pelos grupos mesolíticos, cujas características ecológicas não seriam, particularmente, apelativas para a implantação de economias de produção.

No Sul do actual território português, em meados do V milénio, os sistemas culturais assentes exclusivamente em estratégias predatórias, e onde os recursos aquáticos desempe-

nhavam um papel crítico, estão praticamente extintos. Sobreviverão pequenas bolsas de continuidade em ambientes ecologicamente favoráveis, e a caça e recollecção podem ser as únicas actividades económicas documentadas em ocupações de curta duração.

Uma economia mista, onde o peso da produção de alimentos apresenta fortes oscilações, está definitivamente implantada. Este novo “programa de subsistência” (Vicent, 1996, p. 604) exigiu, ou tornou possíveis, novas demografias, novas territorialidades, e outras arquitecturas físicas e mentais de domesticação do real que constituirão marcas incontornáveis das paisagens do Neolítico médio europeu.

Datações absolutas para o Mesolítico final e Neolítico antigo, em Portugal (7500-5500 BP)										
Norte/Centro		Sítio	Laboratório	Tipo de amostra	Origem	Data BP	Data BP*	Cal BC 1s	Cal BC 2s	Bibliografia
	Buraco da Pala		GrN-19104	carvão	IV base	5860±30		4774-4693	4798-4627	Sanches, 1997
			ICEN-935	carvão/sementes	IV base	5860±140		4900-4550	5060-4370	
	Lavra		GaK-10932	carvão	Ec2 (base)	6310±160		5470-5060	5610-4810	Sanches, 1997
			GaK-10931	carvão	Ec2 (2ª fase)	5990±140		5050-4720	5280-4454	
			GaK-10933	carvão	Ec3 (base)	5870±140		4900-4550	5190-4370	
			UGRA-267	carvão	Ec3 (base)	5830±90		4780-4550	4900-4460	
			ICEN-76	carvão	Ec3(2ª fase)	6060±60		5040-4810	5210-4780	
			GaK-10934	carvão	Ec4 (base)	6350±120		5470-5150	5520-5000	
	Prazo		CSIC-1514	carvão	4a	7353±50		6240-6090	6381-6070	Monteiro-Rodrigues, 2000
			CSIC-1422	carvão	3	5502±34		5480-5393	5511-5374	
Jorge, 1991	Fraga d'Aia		ICEN-405	carvão	Lareira 2	6490±60		5480-5380	5610-5320	Sanches, 1997
			ICEN-904	carvão	Lareira 2	6290±50		5317-5135	5364-5078	
			Gif-7891	carvão	Lareira 2	5750±70		4710-4500	4770-4410	
			Gif-8079	carvão	Lareira 2	5690±70		4600-4460	4710-4360	
Valera, 2002	Quinta da Assentada		Sac-1774	carvão	base	5870±110		4900-4600	5000-4460	

Fig. 90 - Datações absolutas disponíveis para a região Norte e Centro, entre 7500-5500 BP.

Datações absolutas disponíveis para a Estremadura, entre 7500-5500 BP (1)											
Estremadura		Sítio	Laboratório	Tipo de amostra	Origem	Data BP	Data BP*	Cal BC 1s	Cal BC 2s	Bibliografia	
	Buraca Grande		Gif-9707	carvão	8c	7580±30		6444-6420	6461-6399	Aubry et al., 1997	
			Gif-9940	carvão	8a	7000±60		5980-5800	5990-5730		
			Sac-1461	carvão	7c	6850±210		5980-5560	6160-5370		
			Sac-1459	conchas marinhas	7c	6940±140	6560±145	5620-5370	5730-5260		
	N.Sr.ª Lapas		ICEN-805	Homo	C	6100±70		5210-4860	5260-4800	Oosterbeek, 1997	
	Caldeirão		OxA-1035	Ovis	NA2	6330±80		5460-5210	5480-5070	Zilhão, 1992	
			OxA-1034	Ovis	NA2	6230±80		5300-5060	5360-4950		
			OxA-1037	Bos	NA1	5970±120		5000-4720	5230-4550		
			OxA-1036	Bos	NA1	5870±80		4894-4685	4941-4540		
			TO-350	Homo	NA1	5810±70		4770-4550	4830-4460		
	Pena d'Água		Wk-9214	carvão	Eb (base)	6775±80		5720-5620	5770-5560	Zilhão, 2001	
			ICEN-1146	carvão	Eb(base)	6390±150		5480-5150	5620-4960		
	Picoto		ICEN-736	Homo	Superfície	6000±150		5190-4720	5300-4500	Zilhão e Carvalho, 1996	
	Almonda		OxA-9287	adorno sobre canino de veado	Cisterna 1	6445±45		5475-5365	5480-5318	Zilhão, 2001	
			OxA-9288	adorno sobre canino de veado	Cisterna 1	6445±45		5475-5365	5480-5318		
	Casa da Moura		TO-953	Homo	1a	5990±60		4940-4780	5040-4720	Strauss et al., 1996	
			C. P. Marinho III	SMU-2477	carvão	Lareira	5710±155		4770-4360		4910-4250
			Abriço de Bocas I	ICEN-899	conchas marinhas	2	7490±110	7110±115	6070-5840		6220-5730
	Forno da Telha		ICEN-417	conchas marinhas	2	7360±90	7060±210	6160-5720	6380-5560	Araújo, 1993	

Fig. 91 - Datações absolutas disponíveis para a Estremadura, entre 7500-5500 BP (1).

Estremadura										
	Moita do Sebastião	TO-131	Homo	Esq. 22	7240±70	6210-6020	6230-5930	Lubell et al., 1986		
		TO-133	Homo	Esq. 29	7200±70	6160-5990	6220-5920			
		TO-132	Homo	Esq. 24	7180±70	6160-5930	6220-5890			
		TO-134	Homo	Esq. 41	7160±80	6160-5920	6210-5840			
		Cabeço da Amoreira	TO-135	Homo	Esq. CT	6810±70	5730-5640	5840-5560	Roche, 1984-88	
			Sa-16		Base	7350±350	6500-5840	7060-5560		
			H-2119/1546		lib	7080±130	6060-5810	6220-5710		
		Cabeço da Arruda	Sa-195	carvão	nível 39	7030±350	6230-5560	6590-5300	Roche, 1984-88	
			Hv-1349	carvão	39	7135±65	6060-5920	6160-5840	Vierra, 1995	
			Sa-194	carvão	Nível 3-4 (topo)	6050±300	5320-4550	5620-4260		
		Gruta das Salemas	TO-360	Homo	Esq. III	6990±110	5990-5730	6060-5640	Lubell, et al., 1986	
			TO-354	Homo	Esq. A	6970±60	5960-5750	5990-5720		
			TO-359a	Homo	Esq. 42	6960±60	5890-5740	5990-5720		
			TO-355	Homo	Esq. D	6780±80	5730-5620	5840-5540		
			TO-356	Homo	Esq. N	6360±80	5470-5260	5480-5080		
	Correio-Mor	Sa-196	carvão	Nível 3	5150±300	4330-3640	4580-3350	Roche, 1984-88		
		Sa-197	carvão	Níveis base	6430±300	5660-5050	5960-4690			
A.M.,	Magoito	Sa-198	carvão	-	6320±350	5620-4810	5890-4450	Castro e Ferreira, 1972		
		ICEN-351	Homo		6020±120	5060-4730	5280-4620	Cardoso et al., 1996		
		ICEN-1099	carvão	V	6330±60	5360-5260	5470-5080	Cardoso et al., 1996		
		S. Pedro Canaferrim	ICEN-424	conchas marinhas	2aP1	6080±80			Soares, 2003	
			ICEN-425	conchas marinhas	2aP2	6030±80	5650±90	4580-4360	4710-4330	
			ICEN-471	conchas marinhas	2aT	5970±120	5590±120	4540-4340	4710-4170	
	1996	S. Pedro Canaferrim	ICEN-1152	carvão	4	6070±60		5050-4850	5210-4800	
			ICEN-1151	carvão	4	6020±60		4990-4800	5190-4730	

Fig. 92 – Datações absolutas disponíveis para a Estremadura, entre 7500-5500 BP (2).

Alentejo									
	Sítio	Laboratório	Amostra	Origem	Data BP	Data BP*	Cal BC 1s	Cal BC 2s	Bibliografia
					7	6030 ± 50	4986-4809	5053-4780	
	Valada do Mato	Beta-153914	carvão	7					Diniz, 2001
	Arapouco	Q-2492	conchas marinhas	N.médio	7420±65	7040±70	5990-5810	6020-5730	Arnaud, 2000
	C.Rebolador	ICEN-277	conchas marinhas	-	7140±70	6760±75	5720-5560	5790-5530	
					7100±60	6720±70	5710-5560	5730-5480	
	Várzea da Mó	ICEN-273	conchas marinhas	-	7110±50	6730±60	5710-5560	5730-5530	
	Poças S.Bento	Q-2493	conchas marinhas	3	7040±70	6660±75	5660-5490	5720-5480	
					6780±65	5730-5620	5790-5560		
					6870±70	6470±75	5480-5360	5610-5300	
	Cabeço do Pez	Q-2497	conchas marinhas	N. médio	6730±75	6350±80	5470-5260	5480-5080	
					6430±65	6050±70	5040-4810	5240-4740	
					5535±130	4490-4250	4690-4040		
	Amoreiras	Q-AM85B2b	conchas marinhas	2b	6370±70	5990±75	4940-4740	5190-4710	
					5990±75	4940-4740	5190-4710		
Vale Romeiras	ICEN-144	ossos	2	7130±110		6160-5840	6220-5750		
				7390±80	7010±85	5990-5790	6020-5720		
				ICEN-150	conchas marinhas	2	7350±60		6240-6090
Soares, J., 1997	Vale Pincel I	ICEN-724	carvão	2/3	6700±60		5660-5560	5720-5480	
				2/3	6540±60		5600-5470	5620-5370	

Fig. 93 – Datações absolutas disponíveis para o Alentejo, entre 7500-5500 BP (1).

Alentejo									
Samouqueira I	ICEN-729	conchas marinhas	3	7520±60	7140±70	6060-5920	6200-5840	Silva e Soares, 1997	
	TO-130	Homo	2	6370±70		5470-5300	5480-5150	Lubell et al., 1990	
Vidigal	Ly-4695	ossos	3	6640±90		5680-5480	5720-5390	Strauss et al., 1990	
	GX-14557	ossos	2	6030±180		5230-4720	5360-4460		
Medo Tojeiro	BM-2275R	conchas marinhas	4	6820±140	6440±140	5510-5300	5630-5060	Silva e Soares, 1997	
	BM-2275	conchas marinhas	4	6570±120	6150±120	5280-4860	5360-4740	Silva et al., 1985	
	Beta-11723	carvão	4	5420±160		4450-4040	4580-3940		
Fiais	ICEN-103	conchas marinhas	30-35	7310±80	6930±85	5890-5720	5990-5640	Araújo, 2003a	
	ICEN-110	ossos	30-35	6870±220		5990-5560	6210-5370		
	ICEN-141	ossos	20-30	6180±110		5300-4950	5370-4808	Vierra, 1995	
	TO-806	carvão	-	7010±70		5970-5800	6010-5720		
	TO-705	carvão	-	6840±70		5770-5640	5840-5620		
	TO-706	ossos	-	6260±80		5320-5080	5460-5000		
Montes de Baixo	ICEN-720	conchas marinhas	4	7910±60	7530±70	6440-6260	6470-6230	Silva e Soares, 1997	
	ICEN-718	conchas marinhas	2	7590±60	7210±70	6200-5990	6220-5920		

FIG. 94 - Datações absolutas disponíveis para o Alentejo, entre 7500-5500 BP (2).

Algarve									
	Sítio	Laboratório	Amostra	Origem	Data BP	Data BP*	Cal BC 1s	Cal BC 2s	Bibliografia
	Rocha das Gaivotas	Wk-6075	conchas marinhas	-		6890±70	5840-5720	5970-5640	Bicho et al., 2000
	Castelão	ICEN-211	conchas marinhas	N. base	7970±60		7050-6700	7060-6650	Silva e Soares, 1997
			Beta-2908	carvão	N.médio	7450±90		6420-6220	6460-6080
		Cabranosa	Sac-1321	conchas marinhas	-	6930±60	6550±60	5600-5470	5620-5370
		Vale Santo I	Wk-6673	conchas marinhas	-		6340±120	5470-5150	5510-5000
		Alcantarilha	Wk-6851	conchas marinhas	-		6160±60	5230-5000	5300-4860
			Wk-6672	conchas marinhas	-		6120±70	5210-4860	5280-4810
		Padrão	ICEN-873	conchas marinhas	Lareira	6920±60	6540±65	5600-5470	5620-5370
			ICEN-645	conchas marinhas	Lareira	6800±50	6420±60	5470-5320	5480-5300
BP* - Datas corrigidas após subtração da idade aparente (Soares, A.M., 1993). Datas calibradas segundo o programa CALIB Rev. 4.3, de Stuiver, M.; Reimer, P. J. (1993), utilizando a curva de Stuiver et al., (1998).									

FIG. 95 - Datações absolutas disponíveis para o Algarve, entre 7500-5500 BP.

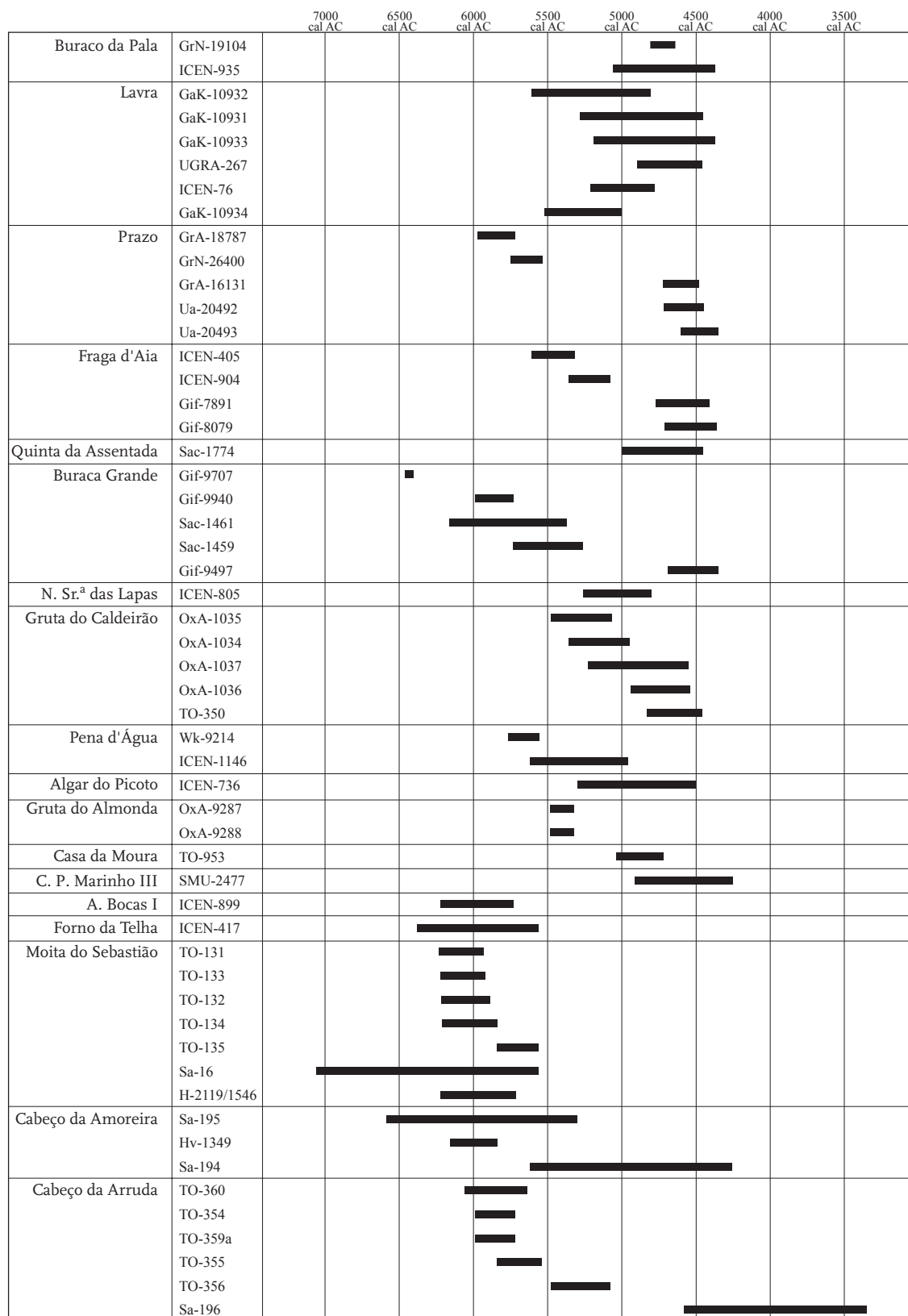


FIG. 96 - Representação gráfica das datas calibradas a 2σ , disponíveis para contextos do Mesolítico e Neolítico antigo, do actual território português, segundo o programa CALIB Rev. 4.3, de Stuiver e Reimer (1993), utilizando a curva de Stuiver et al. (1998).

